

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ana Clarice Soares Hanauer

**ESPAÇO AGRÁRIO, CAPITAL E TRABALHO ASSALARIADO – UMA
ANÁLISE A PARTIR DE SÃO GABRIEL/RS**

Santa Maria, RS
2019

Ana Clarice Soares Hanauer

**ESPAÇO AGRÁRIO, CAPITAL E TRABALHO ASSALARIADO – UMA ANÁLISE A
PARTIR DE SÃO GABRIEL/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração em Dinâmica Territorial do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**.

Orientador: Dr. Cesar De David

Santa Maria, RS
2019

Hanauer, Ana Clarice Soares

Espaço Agrário, capital e trabalho assalariado - uma análise a partir de São Gabriel/RS / Ana Clarice Soares Hanauer.- 2019.

89 p.; 30 cm

Orientador: Cesar De David

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2019

1. Agronegócio 2. Assalariamento rural 3. Trabalho I. De David, Cesar II. Título.

Ana Clarice Soares Hanauer

**ESPAÇO AGRÁRIO, CAPITAL E TRABALHO ASSALARIADO – UMA
ANÁLISE A PARTIR DE SÃO GABRIEL/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração em Dinâmica Territorial do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia.**

Aprovado em 12 julho de 2019:


Cesar De David, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)


Eduardo Schiavone Cardoso, Dr. (UFSM)


Christiane Senhorinha Soares Campos, Dra. (UFS)

Santa Maria, RS
2019

Aos trabalhadores e trabalhadoras, que pela condição de portar somente sua força de trabalho, carregam o germe das mudanças necessárias para superação da ordem do capital.

AGRADECIMENTOS

Agradeço todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram na realização desse trabalho.

Agradeço a Universidade Federal de Santa Maria e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, por me proporcionar a realização desse curso, aprofundando e ampliando meus conhecimentos.

A todos os professores, colegas e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelas trocas e debates.

A Capes pela bolsa de estudos, que me proporcionou me dedicar a pesquisa.

Sou particularmente grata a meu orientador Cesar De David, que me orientou os estudos de iniciação científica na graduação, e agora a pesquisa e os estudos do curso de mestrado. Demonstro profundo respeito e admiração pela forma de orientar, instigando em mim o mais profundo sentimento que a geografia pode proporcionar a humanidade: desvendar o mundo e suas relações, para mudá-las.

Da mesma forma agradeço ao professor Eduardo Schiavone e a professora Christiane Senhorinha Campos, pelas sugestões/contribuições na banca de qualificação.

Agradeço aos colegas e amigos que me incentivam e dão forças a continuar. Ao Juarez, pelo carinho e força, e principalmente por organizar a infra necessária para continuar estudando.

Perguntas de um trabalhador que lê

Por Bertold Brecht

Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros vem o nome dos reis,
Mas foram os reis que transportaram as pedras?
Babilônia, tantas vezes destruída,
Quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas
Da Lima Dourada moravam seus obreiros?
No dia em que ficou pronta a Muralha da China,
para onde foram os seus pedreiros?
A grande Roma
Está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu?
Sobre quem triunfaram os Césares?
A tão cantada Bizâncio
Só tinha palácios para os seus habitantes?
Até a legendária Atlântida,
Na noite em que o mar a engoliu
Viu afogados gritar por seus escravos.
O jovem Alexandre conquistou as Índias
Sozinho?
César venceu os gauleses.
Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?
Quando a sua Invencível Armada se afundou Filipe de Espanha
Chorou. E ninguém mais?
Frederico II ganhou a guerra dos sete anos.
Quem mais a ganhou?

Em cada página uma vitória...
Quem cozinhava nos festins?
Em cada década um grande homem...
Quem pagava as despesas?

Tantas histórias,
Quantas perguntas!

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Santa Maria

ESPAÇO AGRÁRIO, CAPITAL E TRABALHO ASSALARIADO – UMA ANÁLISE A PARTIR DE SÃO GABRIEL/RS

AUTORA: ANA CLARICE SOARES HANAUER
ORIENTADOR: CESAR DE DAVID

Data e local de defesa: Santa Maria, 12 de julho de 2019.

As mudanças ocorridas no campo, advindas da inserção das atividades agropecuárias ao modo agroindustrial de produção, acarretaram inúmeras transformações para o espaço rural brasileiro. Este trabalho almeja compreender em que medida as mudanças decorrentes das transformações recentes da estrutura produtiva na agropecuária afetaram a organização espacial do espaço agrário, e o emprego da força de trabalho rural no município de São Gabriel-RS. Para isso, se propôs estudar as mudanças na matriz produtiva do agronegócio brasileiro e na área de estudo, em particular; analisar as mudanças e/ou permanências no espaço agrário do município e avaliar as consequências provocadas pelas mudanças nas atividades agropecuárias do agronegócio para o trabalho assalariado rural em São Gabriel/RS. Há alguns anos voltamos nossos estudos às relações de trabalho no campo, com essa pesquisa, ampliamos nossas questões relacionadas ao assalariamento rural, onde os pressupostos alertavam que a modernização da agricultura levaria a evolução de uma categoria de trabalhadores volante na agricultura, a uma especialização e redução do número de assalariados rurais, aprofundando seu caráter volante. Concluímos, que atualmente o capital reorganiza o espaço agrário do município sob o tripé: soja, arroz e pecuária; e as relações de trabalho calcadas predominantemente nos contratos temporários de trabalhadores, colocando em questão o futuro dos campeiros. Temas, como o arrendamento de terra de pacote fechado, quem são as empresas e os trabalhadores, quais são as relações de trabalho, e o futuro dos trabalhadores campeiros ficam para novas pesquisas e aprofundamento.

Palavras chave: Agronegócio; Assalariamento rural; Trabalho.

RESUMO EM LINGUA ESTRANGEIRA

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Santa Maria

ESPAÇO AGRÁRIO, CAPITAL E TRABALHO ASSALARIADO – UMA ANÁLISE A PARTIR DE SÃO GABRIEL/RS

AUTORA: ANA CLARICE SOARES HANAUER
ORIENTADOR: CESAR DE DAVID

Data e local de defesa: Santa Maria, 12 de julho de 2019.

Los cambios en el campo, como resultado de las actividades agropecuarias a modo agroindustrial de producción, resultan en innúmeras transformaciones para el espacio rural brasileiro. Este trabajo intenta comprender en qué medida los cambios ocurridos por las recientes transformaciones de la estructura productiva en la agropecuaria, vienen afectando la organización espacial del agro y el empleo de la fuerza de trabajo rural en el municipio de São Gabriel-Rio Grande del Sur. Para ello, se propone estudiar los cambios en la matriz productiva del agronegocio brasileiro y en el área de estudio, en particular; analizar los cambios y/o permanencias en el espacio agrario del municipio y evaluar las consecuencias producidas por los cambios en las actividades agropecuarias del agronegocio para el trabajo asalariado rural en São Gabriel/RS. Hace algunos años norteamos nuestros estudios hacia las relaciones de trabajo en el campo, con esta pesquisa, ampliamos nuestros interrogantes relacionados al salario rural, dónde los presupuestos alertaban que la modernización de la agricultura llevaría a la evolución de una categoría de trabajadores volante en la agricultura, a una especialización y reducción del número de asalariados rurales, profundizando su carácter pasajero. Se concluye que, actualmente el capital reorganiza el espacio agrario del municipio en forma de trípode: soja, arroz y pecuaria; y las relaciones de trabajo calcadas predominantemente en los contratos temporarios de trabajadores, poniendo en cuestión el futuro de los campesinos. Temas como el arrendamiento de tierra de paquete cerrado, quiénes son las empresas y los trabajadores, cuáles son las relaciones de trabajo y el futuro de los trabajadores del campo, quedan para otra oportunidad y profundización.

Palabras clave: Agronegocio; salario rural; Trabajo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de localização do município de São Gabriel/RS.	43
Figura 2 - Paisagem da Campanha Gaúcha	44
Figura 3 - Classificação dos imóveis rurais em relação ao tamanho da área	46
Figura 4 - Município de São Gabriel Tamanho da propriedade (N° estabelecimentos e total de hectares).....	47
Figura 5 - Estabelecimentos segundo tamanho em (ha), em 1995	48
Figura 6 - Condição legal das terras – Município de São Gabriel	51
Figura 7 - Municípios: agricultura/ cultura temporária/ soja/ área plantada/ 1991	52
Figura 8 - Evolução do cultivo de soja (ha) município de São Gabriel /RS	53
Figura 9 - Municípios: agricultura/ cultura temporária/ soja/ área plantada/ 2015	54
Figura 10 - Os 20 municípios com maior área plantada de soja - 1991 e 2015	55
Figura 11 - Soja em São Gabriel – RS	56
Figura 12 – Solo preparado para cultivo de soja - São Gabriel – RS	57
Figura 13 - Área plantada de arroz (ha) nos principais municípios produtores da Região da Campanha Gaúcha	58
Figura 14 - Evolução do N° de efetivos da pecuária – Bovinos.....	59
Figura 15 - Pessoal Ocupado em São Gabriel - RS (1960 – 1985).....	61
Figura 16 - Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários em São Gabriel- RS– 2006	62
Figura 17 - Média anual de 2012 a 2018 das admissões e demissões, em São Gabriel – RS.....	63
Figura 18 - Assalariados rurais no Município São Gabriel - RS.	64
Figura 19 - Relações de trabalho.	79

ANEXOS

ANEXO 1 - ENTREVISTAS REALIZADAS COM ASSALARIADOS RURAIS	85
ANEXO 2 - CONTO - O CAMINHO DA ESCOLA DO CAMPO	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FEE	Fundação de economia e Estatística
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETAR	Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais
SINE	Serviço Nacional de Emprego
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
GPET	Grupo de Pesquisa em Educação e Território
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
CLT	Consolidação das leis Trabalhistas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio
PEA	População Economicamente Ativa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL, EXPROPRIAÇÃO E NOVAS MORFOLOGIAS DO TRABALHO.....	22
2.1 DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL E A EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHO DO SÉCULO XIX À ATUALIDADE	22
3 AGRONEGÓCIO E A GEOGRAFIA DO TRABALHO.....	27
3.1 AGRONEGÓCIO E AS ORIGENS DO ASSALARIAMENTO RURAL BRASILEIRO.....	27
3.2 O ASSALARIADO RURAL BRASILEIRO.....	34
3.3 ASSALARIAMENTO RURAL E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.....	38
4 SÃO GABRIEL/RS: ESPAÇO AGRÁRIO E TRABALHO ASSALARIADO.....	43
4.1 ESPAÇO AGRÁRIO E ATIVIDADE AGROPECUÁRIA.....	45
4.2 RELAÇÕES DE TRABALHO E PERFIL DO ASSALARIADO RURAL	65
REFERÊNCIAS.....	82

1 INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa pretendemos analisar as relações de trabalho no espaço rural, especificamente os assalariados do agronegócio do município de São Gabriel/RS. A tomada de decisão para escolha deste município como área de estudo, se deu a partir dos estudos sobre as relações de trabalho no espaço rural dos municípios da Campanha Gaúcha, onde um elemento importante chamou atenção ante os demais, e nos levou a aprofundar nossos estudos, a inserção da soja nas atividades agrícolas.

Este trabalho almeja compreender as dinâmicas agropecuárias impulsionadas pelo agronegócio e discutir o trabalho assalariado rural. Para isso, estamos propondo uma revisão da literatura acerca dos principais conceitos que englobam nossa temática, e trabalhos de campo para observação e entrevistas.

As mudanças ocorridas no campo, advindas da inserção das atividades agropecuárias ao modo agroindustrial de produção, acarretaram inúmeras transformações para o espaço rural brasileiro. A esse processo denominou-se agronegócio, uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente ligadas aos processos agropecuários (CAMPOS, 2011).

Nesse contexto, empresas multinacionais privadas, detentoras de capital em aliança com os empresários rurais (latifúndios) e o Estado transformaram as atividades agrícolas no interior do país. Esse processo iniciou-se a partir da década de 1970 com a Revolução Verde e consolidou-se na virada dos anos 1990 a 2000, quando os lugares longínquos foram incorporados aos interesses do agronegócio.

Ao longo desses 40 anos ocorreu uma reestruturação na matriz produtiva das atividades agropecuárias, como a mecanização de várias etapas do processo produtivo, a substituição de culturas tradicionais por culturas de exportação, aliada a elevada concentração de terras alterando as relações de trabalho no campo (Vicente, 1999). Nesse sentido, cresceu o assalariamento acentuando seu caráter temporário. O trabalho assalariado no campo é objeto de estudo a partir da década de 1970, mas o crescimento da categoria vai ocorrer mais tarde e encontra explicações no processo evolutivo da agricultura.

A reestruturação produtiva do capital no campo impõe novos ritmos, intensifica a mecanização, novas formas de gestão e controle do trabalho e dos

processos produtivos, novas formas de contratação e pagamento. As novas territorialidades engendradas pelo metabolismo do capital (re) definem e produzem mutações no universo do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2004). Na década de 90 a organização do trabalho nas empresas motivou uma implantação da divisão do trabalho, implicando em uma hierarquia de cargos e funções complexas, especializadas e num perfil ocupacional que requer novas funções (VICENTE, 1999).

Assim, antigas funções e categorias irão ser substituídas por novas, advindas das necessidades impostas pelas mudanças na ordem técnica de produção do agronegócio. Nesse processo, alguns trabalhadores do modo de produzir anterior serão reinseridos, ou pela qualificação ou por novas funções; e outros novos serão incorporados. Assim, devido a plasticidade do trabalho, é possível apreender as diferentes formas pelas quais o trabalhador tem se submetido para vencer os revezes da reestruturação produtiva do capital, da terceirização, da intensificação da precarização, do desemprego.

Diante dos elementos elencados anteriormente na problemática, o objetivo desta pesquisa é *compreender em que medida as mudanças decorrentes das transformações recentes da estrutura produtiva na agropecuária afetaram a organização espacial do espaço agrário, e o emprego da força de trabalho rural no município de São Gabriel.*

Este objetivo geral se desdobra em objetivos específicos, que são: 1) Estudar as mudanças na matriz produtiva do agronegócio brasileiro e na área de estudo, em particular; 2) Analisar as mudanças e/ou permanências no espaço agrário do município de São Gabriel, e 3) Avaliar as consequências na matriz produtiva do agronegócio para o trabalho assalariado rural em São Gabriel.

A justificativa desta pesquisa afirma-se nos estudos já realizados no campo da geografia do trabalho e do agronegócio. Em nossas leituras, observamos o esforço para analisar e compreender as mudanças ocorridas no espaço agrário pós-revolução verde e consolidação do agronegócio no Brasil, porém quando abordado o tema do trabalho, ele aparece majoritariamente no campo da resistência ao agronegócio: os pequenos agricultores, os assentados, os quilombolas, os indígenas.

Se não estamos nos referindo aos sujeitos sociais descritos acima, estamos propondo estudar quem? Estamos pesquisando os trabalhadores que estão envolvidos diretamente nos processos produtivos do agronegócio. Independente, a sua residência rural ou urbana, a sua condição de pequeno proprietário de terras ou não; ou ainda a relação formal de contrato, se permanente ou temporário. Estamos nos referindo aos sujeitos que para garantir suas necessidades humanas vendem sua força de trabalho em atividades ligados ao capital no campo.

É nessa perspectiva que se justifica nossa pesquisa. Do ponto de vista geral, o tema dos trabalhadores assalariados do agronegócio ainda é incipiente nas ciências sociais e na geografia. Ela pode trazer contribuições para entender as dinâmicas das relações de trabalho no agronegócio na atualidade, como também caracterizar o trabalhador rural do município de São Gabriel.

A escolha do município de São Gabriel como área de estudo, se deu após três anos estudando os municípios da Campanha Gaúcha. Foi o município que mais apresentou informações sobre a inserção das atividades agropecuárias na dinâmica do agronegócio. Principalmente a evolução da área de soja em relação aos demais municípios da região.

No que se refere ao método, o materialismo histórico e dialético nos ajuda a compreender que as relações sociais são frutos de processos históricos, que se sucedem contraditoriamente sem necessariamente uma linearidade. E que, para compreendê-los, precisamos colocá-los em uma totalidade, enquanto humanidade histórica que produz suas relações condicionadas ao modo como produz a vida social em cada período. Os objetivos desta pesquisa estão inspirados no materialismo histórico, portanto, para atingi-los utilizaremos o método dialético.

A esta totalidade que condiciona o modo de produzir a vida em cada momento histórico chamamos de modo de produção.

O modo de produção organiza - produz - ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (seu tempo). É assim que ele se realiza(...) projeta estas relações no terreno, o qual reage sobre elas. Sem que haja correspondência exata, definida de antemão, entre as relações sociais e relações espaciais (LEBFREVE, 2006, p. 08).

Portanto, se é uma relação contraditória, para analisar as relações sociais da atualidade, necessitou-se estudar e compreender as relações sociais que o antecederam, porque ela é fruto das relações sociais anteriores. Então, o modo de

produção atual – capitalismo - traz resquícios dos modos de produção anteriores, a isso Demo (2012) chama de processualidade.

Para o estudo da relação capital e trabalho, a categoria unidade e luta de contrários da dialética exemplifica bem nosso método de analisar o tema. Uma vez que, ao se reproduzir enquanto modo de produção, o capital necessariamente produz o que é sua essência para existência, produz também o que pode destruí-lo, que é o trabalho. É o trabalho a mola que dinamiza o capital, logo, o capital necessita do trabalho para sua sobrevivência e manutenção enquanto modo de produção, como também, o trabalho precisa do capital para produzir sua existência enquanto classe social, nesse modo de produção.

Para Demo (2012), quando falamos de contradição histórica, referimo-nos a seu caráter conflituoso, dicotômico, antagônico, no sentido da unidade de contrários. Logo, toda realidade é movimento, e este movimento é fruto de contradições internas do modo de produzir a vida em cada tempo histórico, no nosso caso a contradição capital e trabalho, ambos se necessitam e tem interesses distintos.

Devido a necessidade de reunir informações sobre o tema e área de estudo, os procedimentos metodológicos estarão reunidos em três momentos. O momento inicial ocorreu através de orientações e leituras constantes, levantamento e análise de material bibliográfico acerca do tema, para definição do problema de pesquisa, dos objetivos, metodologia e do referencial teórico.

Nesta etapa foi buscado material bibliográfico em livros, teses e artigos sobre os temas acerca do capitalismo na agricultura, espacialização do capital no campo, das mudanças da matriz produtiva do agronegócio, a geografia do trabalho no campo. Esta fase forneceu informações determinantes para elaboração do projeto de pesquisa.

Para os temas de aspectos históricos à atualidade, sobre a produção do espaço geográfico estudamos Henri Lefebvre e Milton Santos; para o capitalismo na agricultura e o assalariamento da força de trabalho do ponto de vista histórico, buscou-se em Karl Kautsky, Friederich Engels e Karl Marx. O desenvolvimento da agricultura brasileira e as transformações ocorridas no século XX, citamos Claus Germer, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Cristiane Senhorinha Campos; e sobre o trabalho frente as mudanças ocorridas nesse período aproveitamos Maria Carlota

Meloni Vicente com sua discussão da evolução do trabalho volante na cana, e Antônio Thomaz Junior com os estudos sobre geografia do trabalho no Brasil.

Nesta fase ocorreu um trabalho de campo em agosto de 2017, no município de São Gabriel, para coleta de informações primárias. A conhecida frase “o espaço é o escritório do geógrafo” nos ajuda a ilustrar o quanto o trabalho de campo pode ter uma importância nas investigações em geografia. Ele tem sido um dos métodos que cada vez tem sido rediscutido para adequar-se ao mundo contemporâneo, cada vez mais mediado pelas tecnologias. Fazemos trabalho de campo a fim de levantar informações ou confirmar as inquietações que surge no decorrer da pesquisa.

Nesse primeiro trabalho de campo, foram feitas conversas informais com membros da equipe técnica da EMATER/RS, Diretora do SINE/RS, e presidente e vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município. O que este trabalho de campo demonstrou, e o que se pode observar, são áreas mescladas de campo nativo pastagem gramínea original do Bioma Pampa, campo bruto típico de criação de gado extensivo, com pastagens de aveia (pasto de inverno) que será cultivado soja no verão, e conseqüentemente será destinada a pastagem de gado de forma extensiva como intensiva.

Esse fato observado demonstra o consórcio da criação de gado de corte com cultivo de soja na mesma área, cultivo de soja de outubro a abril e gado de corte, de maio a setembro. Ainda nesse trabalho de campo, não foi possível encontrar dados oficiais sobre área plantada de soja e eucalipto no município, a equipe técnica da EMATER/RS estimava que houvesse um aumento de 40 mil para 100 mil hectares de soja no município naqueles últimos seis anos.

Naquela oportunidade a diretora do SINE/RS no município, ressaltou que as vagas de trabalho no campo não chegam a impactar no rol geral de vagas que o órgão trabalha no município, e quando um empresário rural necessita contratar mão de obra raramente procura a instituição para mediar tal função, ou ele já tem contato com trabalhadores que já trabalharam para ele, ou tem referências de trabalhadores indicados pelos que já trabalham ou trabalharam em outras propriedades.

Os trabalhadores assalariados rurais são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. O sindicato conta com 1300 sócios, o presidente e o vice-presidente do sindicato não sabiam precisar destes quantos são assalariados rurais e quantos são pequenos agricultores. Estes relataram que o

trabalho que o órgão tem de atuação frente à categoria são as convenções coletivas para negociação de salário. O sindicato também faz encaminhamento de trabalhadores para qualificação profissional através dos cursos do SENAR; ainda segundo os representantes dos trabalhadores, as inovações técnicas nas atividades agropecuárias como introdução de maquinário agrícola altamente equipada de tecnologias diminui a força de trabalho, e exige maior qualificação para as poucas vagas que emprega.

A segunda fase da pesquisa consistiu na busca de informações primárias para pesquisa, através de novo trabalho de campo realizado em novembro de 2018, em propriedades do município que estariam oportunamente selecionadas. Para obter estas informações e a tomada de decisão em qual propriedade seriam aplicados os questionários planejou-se a busca de uma mediação através do Sindicato Rural (patronal) do município, uma vez que este poderia ser uma ponte para obter autorização a entrar nas propriedades e fazer contato com os trabalhadores, ou com o próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, uma vez que este é o representante legal dos trabalhadores assalariados rurais.

Neste caso, priorizar-se-ia uma propriedade que continha o maior número de trabalhadores assalariados e com alta produção agropecuária. Outra possibilidade, em não obtendo autorização patronal para contatar os trabalhadores no espaço de trabalho/ e ou moradia no caso dos que moram em alojamentos na propriedade, seria identificá-los e procurar fora do espaço de trabalho para entrevista.

Elaboramos dois questionários (que estão anexados ao final deste trabalho), um com trabalhadores assalariados rurais e outro com proprietários, para realizar em campo. O planejamento de gabinete não se efetivou ao chegar no campo, ao procurar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais para nos ajudar na mediação para o diálogo com os trabalhadores fomos aconselhados a não procurar a patronal, devido a conflito de interesses.

A convite do escritório municipal da Emater, participamos de um encontro de pequenos proprietários rurais sobre pastagens e pecuária familiar. Nesta atividade tive contato com pequenos proprietários, assentados da reforma agrária e com professores e alunos de duas escolas do campo; e, mais uma vez, reforçou-se o conselho de que a patronal não seria o melhor caminho para chegar até os trabalhadores e entrevista-los.

Como entrevistar os trabalhadores se não poderia ir até seu local de trabalho e moradia? Ou, se não tinha permissão para abordá-los? Sendo assim, passamos a busca-los fora do ambiente de trabalho, foi desta forma que chegamos até Carla (45 anos) assalariada rural, cozinheira por muitos anos, atualmente trabalha de faxineira da cidade, embora seu esposo continue a trabalhar nas estâncias como assalariado rural campeiro.

Outra forma, foi adentrar as estradas que oferecem acesso aos distritos no interior do município, chegar nos bolichos/vendas em vilarejos rurais, desta forma entrevistamos Ari (60 anos), durante o seu trabalho; em outro bolicho chegamos e perguntamos se conhecia algum peão que trabalha em estância, e foi assim que conhecemos e entrevistamos Roberto (48 anos) assalariado rural que estava em trânsito, entre a estância em que trabalha e a residência de sua família para passar seu dia de folga, e Fernando (68 anos) assalariado rural aposentado que estava no bar.

Durante a atividade a convite da Emater, fizemos vários contatos que nos indicaram trabalhadores assalariados rurais e fizeram as pontes, marcando encontro à noite para que chegássemos até eles, que seria seu dia de folga. Assim entrevistamos Vicente (43 anos), na casa de sua irmã, as 22 horas de sexta-feira. Por indicação de professores durante atividade na escola, me indicaram uma professora, pequena proprietária rural em um distrito em que o arrendamento das áreas para soja é majoritário. Dessa forma, realizamos 6 entrevistas que em nossa avaliação trazem os elementos necessários para reflexão acerca dos objetivos desse trabalho.

Foram aplicados questionários, com questões que tratam das condições de trabalho e vida dos trabalhadores, procurando traçar um perfil do assalariado rural do agronegócio no município, como idade, sexo, cor, escolaridade, local da residência, local de trabalho, tempo de deslocamento até o trabalho ou função exercida, quanto tempo exerce a função, contribuição previdenciária, associação ao sindicato, rendimento, tipo de contratação, tipo de atividade agropecuária exercida.

Nessa ocorrência, das entrevistas não-estruturadas para Marconi e Lakatos (2003, p. 196) há um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que quiser: sonda razões e motivos, dá esclarecimentos, não obedecendo, a rigor, a uma estrutura formal.

A técnica de coleta de dados como forma de obter as informações através de roteiro de entrevistas, possibilita uma relação direta com o entrevistado. Uma vez que:

(...) a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (...) trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária (Marconi; Lakatos, 2003, p. 195).

Estavam previstas entrevistas com trabalhadores assalariados rurais, e com proprietários rurais. Como dito anteriormente, essa parte dos proprietários não ocorreu.

Com os trabalhadores rurais, propomos os seguintes temas: Idade, sexo, escolaridade, local de residência, contribuição à previdência social, salário, tipo de contratação, tipo de atividade agropecuária exercida no momento, tempo na atividade exercida, outras funções que desempenhou e qualificação profissional. Também foram feitas observações diretas, de modo a captar elementos que possam ser lidos na paisagem, em atos, em expressões, em comportamentos; onde o conteúdo pode não aparecer nas entrevistas.

A terceira e última fase da pesquisa, ocorreu a sistematização das informações coletadas nos trabalhos de campo, possibilitando maior conhecimento da área, do objeto e tema de estudo. Estas informações sistematizadas foram analisadas sob o ponto de vista dos aspectos espaciais, sociais, políticos e econômicos, relacionando aos temas e conceitos estudados para a construção do referencial teórico deste trabalho. Construindo assim o texto final que consistirá na dissertação de mestrado.

A redação final da dissertação está organizada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, trabalhamos a problemática da pesquisa, justificativa, metodologia e procedimentos metodológicos utilizados. No segundo capítulo, aspectos históricos de desenvolvimento do capital, a expropriação do trabalho do século XIX a atualidade.

No terceiro capítulo, apresentamos a geografia do trabalho no Brasil. Iniciando com aspectos históricos da formação e consolidação do agronegócio

brasileiro, o perfil dos assalariados rurais e a precarização do trabalho assalariado rural. No quarto capítulo, adentramos nosso campo de estudo, o município de São Gabriel/RS, trazendo elementos da configuração do espaço agrário, desde estrutura fundiária à atividades agropecuárias; e, embasados em nossos trabalhos de campo apresentamos elementos das relações de trabalho e do perfil do assalariado rural no município.

E, por fim, nas considerações finais apresentamos uma síntese das conclusões que chegamos ao longo deste estudo, principalmente no que diz respeito a mobilidade do trabalho frente a ação do capital no campo e ao futuro incerto da categoria dos assalariados rurais campeiros, diante das mudanças que ocorrem no espaço agrário do município frente a consolidação do agronegócio na região.

2 DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL, EXPROPRIAÇÃO E NOVAS MORFOLOGIAS DO TRABALHO

Para discutir relações de trabalho e trabalho assalariado no campo brasileiro, pretendemos nos embasar em uma premissa dialética: que o modo de produção, no caso o capital, organiza e condiciona as atividades econômicas da vida em sociedade e, conseqüentemente, o trabalho e o espaço geográfico; ao mesmo tempo em que o trabalho é que produz toda riqueza produzida em cada tempo histórico/modo de produção. Nosso método de estudo abordará como esse processo ocorre ao longo da história e em que contexto mundial a agricultura brasileira passa por mudanças estruturais, o sentido dessas mudanças e como elas afetam o trabalho.

Subdividiremos a revisão da literatura em três momentos, primeiro faremos uma discussão geral e histórica sobre a evolução do trabalho sob os modos de produção ao longo do tempo, o agronegócio brasileiro e a geografia do trabalho no campo, e, por fim, os aspectos relacionados a organização do espaço agrário e o agronegócio no município de São Gabriel.

2.1 DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL E A EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHO DO SÉCULO XIX À ATUALIDADE

O trabalho diferencia os seres humanos das demais espécies pela sua capacidade de criação e objetivação de materiais necessários para satisfação das necessidades. Os homens existem sempre em determinadas sociedades e determinados tempos históricos, eles não se relacionam porque querem, as relações estabelecidas entre estes são fruto das relações em cada tempo histórico.

A natureza primeira, onde o ser humano buscava no meio natural o que necessitava para satisfazer suas necessidades passou por mudanças. Na passagem do século XVIII para o século XIX ocorre a mecanização do território, a essa passagem Santos (2005) denominou meio técnico, em que a técnica substituiu o meio natural. Segundo o próprio autor, a partir da II Guerra Mundial, quando os territórios passaram a ter conteúdo maior em ciência, em tecnologia e em

informação; assim, o conceito é insuficiente devido aos avanços na ciência agora é preciso falar de meio técnico-científico.

O ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto do trabalhador assalariado como do proprietário capitalista se deu pela dominação/submissão do trabalhador. Momento este em que a humanidade conhece o que hoje chamamos de revolução industrial, com as inovações técnicas do seu tempo histórico.

O surgimento da máquina de tecer trouxe novas necessidades ao proprietário capitalista, de um lado a produção da matéria prima para as fábricas e de outro a necessidade de formar uma classe trabalhadora para operar as máquinas. E foi assim que Engels (2010) se debruçou sobre a realidade da Inglaterra, ponto mais avançado do desenvolvimento capitalista para compreender o funcionamento deste modo de produção que hoje chamamos de capitalista e a formação das classes sociais trabalhadores e burgueses.

A estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal (MARX, 2013), a superação da sociedade feudal liberou os elementos essenciais para a organização econômica que a sucedeu. O movimento histórico que libera/emancipa o trabalhador da gleba e do senhor feudal não o libera para livre venda da sua força de trabalho, o libera e o separa dos meios de produção, essencial para sua subsistência o que a antiga estrutura feudal garantia.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançados no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres (MARX, 2013, p. 787).

A expropriação das terras pertencentes à população rural ocorreu sob ferro e fogo. Na Inglaterra, onde estão debruçados Marx (2013) e Engels (2010) para capturar os elementos centrais do desenvolvimento do capital e as consequências para classe trabalhadora, os camponeses já haviam se libertado da servidão feudal, eram livres, economicamente autônomos, mesmo que antes tivessem sido servos.

Nesse momento, assalariados agrícolas (pouco numerosos) ocupavam seu tempo trabalhando para grandes proprietários. Além do salário, cultivavam em terras dos grandes proprietários ou nas terras comunais como os camponeses. Nesse período, os camponeses constituíam uma parte muito importante da nação, segundo

o autor produziam e desfrutavam um “modesto bem-estar” nas pequenas parcelas das terras comunais.

O prelúdio da revolução que criou as bases do modo de produção capitalista ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Uma massa de proletários absolutamente livres foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais (MARX, 2013, p. 790).

Assim, o senhor feudal criou o proletariado ao expulsar brutalmente camponeses de onde viviam, estes tinham os mesmos títulos jurídicos que ele ao usurpar as terras comunais. O início dessas ações ocorreu na Inglaterra, pela manufatura da lã, e conseqüentemente, o aumento do preço da lã. A velha nobreza feudal havia desaparecido pelas guerras feudais, e a nova era filha do seu tempo no qual o dinheiro era o poder de todos os poderes (MARX, 2013).

Juntamente com a pequena burguesia e com o bem-estar dos operários do tipo antigo, também os pequenos camponeses foram arruinados – dissolvida a tradicional vinculação entre trabalho industrial e trabalho agrícola, os campos inexplorados foram concentrados em grandes propriedades e os pequenos camponeses foram deslocados pela concorrência esmagadora das grandes explorações agrícolas (ENGELS, p. 293).

Deixaram de ser pequenos proprietários ou arrendatários agrícolas, desprovidos dos meios de trabalho, passaram a estar a serviço dos grandes proprietários, levando ao surgimento do proletariado agrícola. A expansão da indústria absorveu uma parte dessa mão de obra, a maior parte vive no espaço rural e a sociedade inglesa passou a ver não somente a miséria nos espaços urbanos em regiões industriais, agora a miséria aparece nas regiões agrícolas.

O agravamento dessa situação ocorreu no século XVIII, com o que Marx (2013) chamou de “encarniçada polêmica” do cercamento das terras. Todo esse processo em torno da expropriação dos camponeses, levou a uma reconfiguração do espaço geográfico ao longo do tempo desde seu início até o presente momento. Camponeses e proletários agrícolas passaram a dividir menos espaço, sufocados pelas pastagens e cultivo de cereais.

Junto ao cercamento das terras, veio à centralização das propriedades onde existiam dez arrendatários agora passou a ter apenas três. Em alguns lugares onde haviam cem casas e famílias, reduziu-se para oito a dez. As famílias foram expulsas

de suas propriedades, junto com outras que eram ocupantes. O cercamento de terras passou a delimitar a propriedade privada e reconfigurou o espaço geográfico, não permitindo que os antigos proprietários ou possíveis ocupantes pudessem retornar ou adentrar. Esse processo provocou despovoamento de certas comunidades, regiões e aglomeração populacional em outros lugares desprovidos dos meios de subsistência. Toda essa série de atrocidades, violentas ocorreu do século XV ao século XVIII. Segundo Marx (2013), já no século XIX haviam-se perdido a lembrança do vínculo do lavrador com a terra, a propriedade comunal.

O último grande processo de expropriação que privou os lavradores da terra foi o *clareamento das propriedades rurais*, em outras palavras, o objetivo era varrer as propriedades de seres humanos. Agora que não há mais camponeses, há que tirar os trabalhadores agrícolas que não encontravam lugar para estabelecer moradia. Há relatos que muitos foram levados para o Canadá, sob promessas de vida melhor em novas terras, outros fugiram para as montanhas, outros ficaram encurralados entre as montanhas e o mar, outros ainda, a maior parte, seguiram para regiões industriais em busca de trabalho para o sustento da família.

Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre (MARX, 2013, p. 804). Se as máquinas trouxeram o advento da revolução industrial urbana, com a introdução de novas formas de produzir as mercadorias, a expropriação dos camponeses e o cercamento das terras provocaram uma revolução agrícola como jamais vista na história.

Examinamos os princípios que determinam o destino, as esperanças e os temores dos proletários e concluímos que não existe uma melhoria de sua situação. Observamos o comportamento da burguesia em relação ao proletariado e constatamos que ela só se interessa por si mesma e persegue suas próprias vantagens (ENGELS, 2010, p. 306).

Assim, a classe burguesa firma pilares na consolidação do início do modo de produção capitalista. Foram necessários três séculos, desde o germe do capitalismo até enterrar a estrutura social feudal e inaugurar novos tempos para humanidade, o tempo moderno. Na passagem do século XX para o século XXI a humanidade conhece o auge da vida moderna, o que Milton Santos (2005) denominou meio técnico-científico-informacional.

Como já visto anteriormente, o surgimento da propriedade privada separou os produtores dos proprietários dos meios de produção, proletários e burgueses e fundou a sociedade de classes moderna, com as características da atualidade. O processo de proletarização que marcou a ocidentalização do mundo protagoniza um movimento sócio histórico estrutural e impõe um tipo humano submetido às coisas ou ao poder das coisas, ou seja, o homem alienado ou homem efetivado como sujeito (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 165).

Há uma dinâmica territorial do trabalho em cada período histórico, o espaço geográfico demarca as relações e conflitos de cada espaço-tempo. Portanto, o trabalho é o ponto de partida como mola impulsora dos espaços de produção e reprodução do próprio trabalho ou do capital. As vinculações históricas, políticas e geográficas dessa forma de organização e controle do trabalho nos permitem apreender o processo de (re)organização espacial e territorial da sociedade (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 207).

As crises do modo de produção fazem parte do capital, demonstram sua capacidade de se recolocar em outro patamar de produção e condução das forças produtivas materiais agora em nível global. Estamos diante de um processo que define o desenvolvimento do capitalismo mundial, que surge a partir da década de 1980 e dá coesão ao sistema orgânico do capital, que tem como conteúdo essencial a globalização enquanto expressão da sua mundialização (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 181). A mobilidade espacial é uma das formas que o modo de produção encontra para superar suas crises na atualidade, buscando sempre o trabalho mais precário, como novas possibilidades de acumulação de capital.

3 AGRONEGÓCIO E A GEOGRAFIA DO TRABALHO

No campo brasileiro, a separação do trabalho dos meios de produção (a terra) reforça seu caráter histórico através do processo de formação e conformação da questão agrária brasileira, com estrutura fundiária concentradora de terra alinhando os interesses dos latifundiários aos grandes industriais do país, encontrando no Estado seu aparato político-jurídico e financiamento. Em meio a essa dinâmica global-local de produção e reprodução do capital, encontramos formas não capitalistas de produção e outras formas de trabalho.

Portanto, estudar as dinâmicas econômico-espaciais e suas implicações para o trabalho, nos remete a compreender *as novas morfologias do trabalho na atualidade* (ANTUNES, 2017). Novas funções, novos conteúdos, novas formas de definir a classe trabalhadora. Inspira-nos a colocar em questão os estreitos vínculos existentes entre outras formas de trabalho, que não somente circunscritas ao ambiente dos trabalhadores produtivos e improdutivos, assalariados do setor de serviços (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p.186).

3.1 AGRONEGÓCIO E AS ORIGENS DO ASSALARIAMENTO RURAL BRASILEIRO

As principais transformações ocorridas na agricultura brasileira na década de 1990, cujo início corresponde ao projeto de modernização conservadora da agricultura brasileira nos anos 1960, como o desenvolvimento tecnológico – a revolução técnica – e a profunda alteração no perfil social na agricultura – a revolução na estrutura de classes -, deram ênfase ao processo de proletarização e ao surgimento e desenvolvimento do proletariado rural.

Os países de terceiro mundo possuíam suas atividades agrícolas centradas na agricultura de exportação, prática determinada pela divisão internacional do trabalho advinda ainda do período da expansão colonial do capitalismo centrado na economia inglesa. Os países de terceiro mundo exportavam matérias primas para os países capitalistas enquanto compravam dos mesmos, produtos manufaturados.

Com o fim da II Guerra Mundial, iniciou-se uma nova época de expansão do capitalismo em nível mundial agora liderado pelos Estados Unidos, seguindo-se a

prolongada crise advinda da sequência de duas guerras mundiais envolvendo os países do centro do sistema. No Brasil esta crise das exportações de produtos agrícolas e minerais provocou o desenvolvimento de uma indústria interna para substituir as importações, em que uma parte desse capital transferiu-se para a agricultura.

Nesse momento, ampliaram-se as atividades agrícolas para abastecimento do mercado interno, agora urbano-industrial, em expansão, tanto com matérias primas para indústria como produtos alimentares. Esta expansão agrícola para o mercado interno ocorria, evidentemente, no interior da estrutura agrária pré-existente, caracterizada pelo domínio da grande propriedade e da produção destinada à exportação (Germer, 1992). Nesta redução do peso da agricultura em relação ao setor urbano, o país conhece sua primeira corrente massiva de êxodo rural.

A saída da crise pós II Guerra Mundial o comércio internacional experimentou novos surtos de expansão, e novamente, as atividades agrícolas brasileiras de exportação, centradas na grande propriedade se recuperam, mas diferente do cenário anterior, agora, havia um desenvolvimento industrial-urbano consistente, que adquirira certa autonomia econômica e política e que tinha demandas próprias enquanto burguesia nacional.

Por outro lado, a recuperação das exportações agrícolas baseou-se nos produtos tradicionais do período anterior, que podem ser denominados coloniais, (...) produzidos de modo extensivo e sobre uma base técnica rudimentar, predominantemente com base em terras virgens (portanto através da expansão contínua a nova terras) e na força de trabalho bruta, geralmente sob formas não assalariadas (Germer, 1992).

Esse potencial de crescimento econômico a partir das exportações logo se esgotou, deixando o setor agrícola baseado nas grandes propriedades de exportação em crise devido as condições técnicas e econômicas da maneira de produzir. As condições técnicas rudimentares se expressaram na incapacidade de ampliar a produção e conseqüentemente as exportações, com a baixa exportação diminuía as entradas financeiras, logo, inviabilizou a possibilidade de importar máquinas, equipamentos e matérias primas industriais que eram necessárias para crescimento da indústria brasileira.

Para Germer (1992) a solução desse impasse foi precedida, durante a década de 1950, por agudas e complexas disputas políticas, inclusive entre os setores

industriais e latifundiários das classes dominantes, principalmente no tocante a política de industrialização. Uma das saídas desse impasse foram as ações do governo Juscelino¹ com seu programa de reformas e ações para atrair capital do exterior para investimentos e instalação de novos setores industriais urbanos, enquanto a indústria-urbana experimenta novo dinamismo, as atividades agrárias sofrem estagnação.

No campo político há um considerável movimento da classe trabalhadora nesse período. Acompanhando o crescimento industrial, trabalhadores rurais migram para as cidades aprofundando o êxodo rural do país para transformarem-se em trabalhadores fabris, enquanto que outros sem acesso a terra ou posseiros no campo trazem a pauta da reforma agrária. O golpe de 1964 vai estancar este movimento popular e trazer possibilidades para agricultura em crise. GERMER (1992) aponta que nesse período elaborou-se um projeto para promover a modernização técnico econômica da agricultura. Precisava mudar a forma de produzir, alterar as técnicas; ou então, precisava revolucionar as forças produtivas materiais que haviam trazido a agricultura brasileira até aquele momento.

Foram criadas assim as condições técnicas e científicas da agricultura racional e moderna, a qual surgiu com o emprego das máquinas e deu-lhe, pois, a superioridade da grande exploração capitalista sob a pequena exploração camponesa (KAUTSKY, 1980, p. 321). Este processo estabeleceu uma evolução qualitativa entre propriedades capitalista e a propriedade camponesa, dessa evolução resultou outras transformações como o uso racional e intensivo das terras, a de uma parte dos camponeses que precisavam arranjar dinheiro para garantir suas necessidades, não restando outra forma senão vender sua força de trabalho.

Ao longo das décadas seguintes, seguiu-se a modernização das propriedades agrícolas tradicionais e o aumento da produtividade baseada no trabalho assalariado que se expandiu como resultado do processo de proletarização de pequenos agricultores e trabalhadores rurais até então submetidos a diversos regimes de trabalho, de tipo não-assalariado ou parcialmente assalariado (GERMER, 1992).

¹ O Governo **Juscelino Kubitschek** é o período de governo vivido entre 1956 e 1961 no Brasil. JK abriu a economia brasileira ao capital internacional através do seu Plano de Metas, cujo lema era “cinquenta anos em cinco”. Pretendia desenvolver o país cinquenta anos em apenas cinco de governo. O plano consistia no investimento em áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico, principalmente, infraestrutura (rodovias, hidrelétricas, aeroportos) e indústria. O desenvolvimento industrial foi o que teve mais êxito ao atrair empresas estrangeiras.

Assim, resolvem-se dois problemas: o do baixo nível técnico da agricultura que limitava as exportações e o problema político da questão agrária, estagnando os movimentos populares que reivindicavam reforma agrária como forma de produzir sua vida social enquanto categoria no campo.

Sobre a modernização da agricultura brasileira, dois aspectos importantes precisam ser levados em conta analisando os fatos desse período. O primeiro que a modernização agrícola não acompanhou uma mudança na estrutura fundiária do país, a isso estudiosos denominaram “modernização conservadora”. Em outras palavras, modernizou a forma de produzir, mas conservou a estrutura fundiária centrada na grande propriedade de terras.

A segunda diz respeito a relação que esta modernização teve com a indústria brasileira. O estímulo por parte dos governos brasileiros citado nesse texto, proporcionando a entrada de capital estrangeiro, leia-se instalação de indústrias multinacionais no país contribui para revolução técnica da agricultura. Os recursos tecnológicos, introduzidos nas atividades agrícolas como por exemplo tratores, colheitadeiras, insumos, fertilizantes, agroquímicos, sementes híbridas, serão produzidos por estas indústrias. Consolidando assim uma ligação íntima entre agricultura e indústria. Graças a isso, a agricultura e a indústria estabelecem uma ligação estrutural e formam um bloco que se passou a denominar de “complexo agroindustrial” (GERMER, 1992).

Assim, em nosso tempo histórico, a indústria constituiu a mola não apenas da sua própria evolução, mas ainda da evolução agrícola (KAUTSKY, 1980, p. 321). Portanto, não se trata apenas de historicizar e caracterizar as categorias do capital e trabalho, mas de apreender do ponto de vista dialético as novas dinâmicas geográficas espaciais e de conteúdo que estes (re)constroem em luta permanente. Embora o capital condiciona/determina a organização do espaço tanto em nível mundial pela divisão internacional do trabalho, o trabalho aparece em diferentes formas, em diferentes mundos, resta-nos buscar sua centralidade para analisá-lo como totalidade enquanto classe em nosso tempo histórico.

Nesse contexto, o território nacional tende a uma especialização cada vez maior; onde, até pouco tempo analisava que o campo era oponente aos interesses do capital, sendo quase um entrave a sua difusão no território, e o que vemos é o contrário, um campo que acolhe o capital novo e o difunde rapidamente, a tal ponto

que o contágio do capital e tudo o que ele acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, aí rapidamente se instalam (SANTOS, 2005, p.123).

Dessa forma, na atualidade, percebemos um crescente e acelerado processo de informalização do trabalho. As novas tecnologias de informação proporcionam a fragmentação do trabalho em conteúdo – espaço-tempo. Agora um trabalhador pode cumprir novas funções, em outros espaços e fora da jornada formal de trabalho. O que parece em primeira análise maior liberdade para o trabalhador, em suma é maior liberdade para o produtor rural, que busca novas formas de acumular capital.

Os impactos da modernização da agricultura tiveram efeitos diversos, entre as técnicas mecânicas (tratores e colheitadeiras) aumentaram a produtividade do trabalho, enquanto as técnicas químicas e biológicas (adubos e sementes) aumentaram a produtividade no sentido do rendimento do que o solo é capaz de produzir.

É preciso lembrar que a mecanização da agricultura chega ao campo brasileiro em um estágio de pouco desenvolvimento, de acúmulo de capital e progresso técnico, aprofundando os impactos sobre o trabalho. O baixo desenvolvimento técnico emprega maior número de mão de obra no campo, envolvendo trabalho artesanal, formas de trabalho para além do assalariamento. Tratores e colheitadeiras irão substituir um grande número de trabalhadores que não encontrarão outra forma de ganhar a vida com seu trabalho, senão, tornar-se assalariado.

Uma revolução técnica não revoluciona somente as técnicas e formas de produção na agricultura, para consolidar-se ela também revoluciona as relações sociais de produção. A estrutura de classe social típica/histórica, do proprietário de terras x camponês, pequenos agricultores, assalariado é colocada em cheque pela revolução que ocorre nas forças produtivas, elevando a estrutura de classes sociais no campo a outro patamar, outras formas para responder ao novo momento.

Em o que chamou um olhar sobre o futuro, há mais de 100 anos, KAUTSKY (1980) levanta algumas questões importantes sobre os desdobramentos da economia burguesa e o desenvolvimento da economia capitalista ao analisar o atual estágio de desenvolvimento da agricultura na Rússia; como o campo passar a produzir mercadorias, o endividamento dos camponeses e alteração da propriedade

da terra. No Brasil, a modernização técnica - econômica dos latifúndios nos últimos 50 anos, os latifúndios transformaram-se em empresas rurais e os proprietários em empresários rurais. Enquanto o mundo do trabalho pode observar uma resistência de pequenos agricultores familiares, aumento de massas de populações sem-terra e o aumento do assalariamento do trabalho rural, em alguns cultivos ou regiões permanentes e outros temporários. Como os próprios órgãos governamentais afirmam:

A PNAD 2008 mostra que o emprego temporário ainda é um elemento estruturante do mercado de trabalho agrícola, respondendo por 43% do total de empregados ocupados. A alta taxa de participação dos temporários sintetiza algumas das características ainda dominantes na área rural: sazonalidade das ocupações, relações de trabalho altamente instáveis, baixos salários, trabalho braçal e extenuante e péssimas condições de trabalho (BRASIL, 2010, p. 18).

Nesse período, acentua-se o crescimento do trabalho semi-assalariado, que são aqueles pequenos agricultores que como meio de produção tem pouca terra e para complementar a renda para sua reprodução vendem sua força de trabalho em uma parte do tempo. As transformações nas atividades agrícolas impulsionadas pelo avanço do capitalismo no campo desenvolveram a formação da categoria dos trabalhadores assalariados. Muitos foram os conflitos e problemas enfrentados pelos trabalhadores nesse período, principalmente nas usinas de cana de açúcar na região sudeste do país, como local para moradia, assistência médica, estabilidade no trabalho e principalmente a limitação da jornada de trabalho.

Fruto da pressão política das organizações de trabalhadores camponeses, como forma de aliviar os impasses dos conflitos no campo, durante o Governo João Goulart, inspirado na CLT (Consolidação das leis de Trabalho), destinado aos trabalhadores urbanos ainda na década de 1930, no ano de 1963, foi criado o estatuto do Trabalhador Rural no Brasil, Lei Nº 4214, de 02 de março de 1963, onde foi equiparado trabalhadores rurais a urbanos.

O estatuto definiu trabalhador rural como “toda pessoa física que presta serviços ao empregador rural”, mediante salário pago em dinheiro ou *in natura*, ou parte em dinheiro e parte *in natura*. Tornou obrigatória concessão de carteira de trabalho para trabalhador acima de 14 anos, estipulou a jornada de trabalho de 8 horas, o direito ao aviso prévio e a estabilidade, o direito ao repouso semanal e as férias remuneradas.

Diante dos impasses e dificuldades enfrentadas pelo trabalho até aquele momento, o Estatuto do Trabalhador Rural além de um marco histórico é avaliado como fundamental para a categoria do trabalho no campo, uma vez que está regulamentado na forma de lei e que pôde ser um instrumento de luta pelos sindicatos rurais. Mesmo assim, empresários se utilizaram de várias formas para burlar a legislação e contratar mão de obra sem vínculo empregatício como por exemplo, o turmeiro. Os “turmeiros” ou “gatos” são agenciadores de mão-de-obra rural, aos quais compete o transporte dos trabalhadores e o gerenciamento do trabalho da turma.

Segundo Vicente (1999), nas décadas de 1960 e 1970 o tipo de remuneração mais frequente para o corte de cana ou colheita da laranja, o trabalho volante, é a empreita ou a tarefa. Assim, a jornada de trabalho se alonga para aumentar o ganho. Nas décadas seguintes, a modernização das atividades agrícolas, desde o cultivo até colheita, afetou diretamente a força de trabalho, cresceu o assalariamento acentuando seu caráter temporário.

A partir da década de 90, impulsionada pela divisão internacional do trabalho ocorreu uma especialização das atividades agrícolas; no espaço rural de São Paulo, por exemplo, determinada região produz cana de açúcar e laranja, levando a uma seleção de trabalhadores especializados para a tarefa fim. Este processo leva a uma estacionalidade² e redução da força de trabalho e reforça o uso descontínuo da mão de obra, restando aos volantes migrarem para outras regiões ou procurarem empregos urbanos.

Assim, nossas atenções estão voltadas para as formas de realização do trabalho que expressam o conteúdo do ininterrupto de (re)configuração geográfica da divisão técnica/territorial do trabalho, o qual se indetermina na trama da territorialização, da desterritorialização, da reterritorialização, ou seja nos campos, nas cidades, sem contra o fluxo constante entre essas duas dimensões espaciais, diante de complexas tramas de relações que caracterizam a reestruturação produtiva do capital, nesta virada do século XXI (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 199).

Tanto no âmbito da produção como da reprodução o capital influencia decisivamente no processo de formação e transformação tanto dos produtos (mercadorias) como dos produtores (trabalhador). Antes, as relações capital e

² Relativo a estações do ano, épocas do ano em que as vagas de trabalho estagnam.

trabalho estavam restritas ao modo fabril, agora impõe-se um espalhamento de realizações da expropriação, dominação e apropriação do trabalho.

Os ajustes do metabolismo do capital intensificam a debilitação do poder dos sindicatos e associações, e em consequência o acúmulo de forças dos trabalhadores assalariados. Os mecanismos do capital necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diferenciadas formas de trabalho parcial, terceirizado, subproletarizado, precarizado em suas diversas funções. Cabe aqui, também, o papel do Estado como mediador dos conflitos capital e trabalho, a uma possível conciliação de classes.

Assim, devido a plasticidade do trabalho é possível apreender as diferentes formas de trabalho que o trabalhador tem se submetido para vencer os revezes da reestruturação produtiva do capital. O trabalho territorializado numa determinada condição (camponês), desterritorializado e assumindo outra condição (diarista e trabalho eventual), reterritorializa sua identidade em outro momento sob outra condição (ocupações de terra), (Thomaz Júnior, 2009). Isso demonstra a fluidez com que os trabalhadores refazem constantemente e intensamente as relações de trabalho no campo.

3.2 O ASSALARIADO RURAL BRASILEIRO

Nos últimos 30, anos acompanhamos mudanças profundas no espaço agrário brasileiro. Mudanças essas que envolvem a propriedade da terra, deslocamento espacial e ampliação de determinadas culturas, aumento da produção e produtividade. A amplitude dessas mudanças é perceptível na paisagem, nas relações de trabalho.

Para analisar o trabalho apoiamos-nos em dados oficiais do Ministério do Trabalho, onde temos informação anual pelo RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais), e mensal no CAGED (Cadastro geral de Empregadores e Desempregados). Essas duas fontes de informações têm dados sobre os vínculos trabalhistas amparados pelas Leis do Trabalho, por isso compõe o setor formal da economia. Toda vez que um empregador faz o registro em carteira de um trabalhador, esse dado é contabilizado no MTE.

O Caged foi instituído pela Lei 4.923, de 23 de dezembro de 1965, e a Rais, pelo Decreto 76.900, de 23 de dezembro de 1975. Ambos são registros administrativos que foram criados para operacionalizar ações de caráter fiscalizador, de pagamento e controle de benefícios e de apoio ao cumprimento legal das diretrizes previstas em diversos programas e projetos sociais de responsabilidade do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE). A Rais, cuja coleta de dados é anual e procura cobrir a totalidade dos vínculos trabalhistas formais que existiram ao longo do ano de referência, serve atualmente para identificar os assalariados com direito a receber anualmente o Abono Salarial. Por sua vez, o Caged, referido aos movimentos de admissão e desligamento de empregados celetistas ocorridos mensalmente, é uma das fontes mais importantes para verificar e controlar quais os requerentes do Seguro-Desemprego têm de fato direito a receber esse benefício. Também importante é a contribuição que a Rais e o Caged têm dado às ações de fiscalização, intermediação de emprego, de qualificação dos trabalhadores bem como a outros programas financiados através do FAT (MDA, DIEESE, 2007).

Embora tenham passado por reformulações ao longo das décadas, acompanhando as mudanças nas leis trabalhistas e também no mundo do trabalho, eles ainda apresentam desigualdade quando analisam-se dados por grande setor, como a agricultura ou por grandes áreas geográficas.

Os agricultores familiares, trabalhadores por conta própria ou trabalho por safra, parte significativa desses trabalhadores não são ocupados como empregado com vínculo celetista. Infelizmente eles não aparecem na RAIZ, por ela abranger somente os registros administrativos.

Outra fonte de dados é o PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios). É uma pesquisa domiciliar feita pelo IBGE anualmente. Ela é de caráter amostral cujo objetivo é captar características socioeconômicas das famílias e possibilitar a análise das diferentes formas de ocupação, como formal/informal, e no caso do espaço rural ele também capta os trabalhadores temporários, ou aqueles ocupados no autoconsumo e os não remunerados.

O sistema de pesquisas domiciliares foi implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, com a criação da Pnad, que tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. A pesquisa teve início no segundo trimestre de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais com realização no último trimestre. E, desde 1976, o questionário vai a campo no mês de setembro de cada ano. A Pnad investiga diversas características socioeconômicas, tais como as referentes à população, educação, trabalho, rendimento e habitação, além de características com periodicidade variável, como migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que podem ser incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação do país (MDA, DIEESE, 2007).

Outra fonte de dados é o Censo Agropecuário, este é executado pelo IBGE. O primeiro censo agropecuário foi realizado em 1940 e desde então é realizado a cada 5 anos, além das informações sobre propriedade da terra, principais cultivos ele traz também os dados do pessoal ocupado. A metodologia tem mudado, e nos últimos censos tem aparecido também trabalhador informais, sem vínculo empregatício. O último censo agropecuário ocorreu no ano de 2006, e o próximo está em andamento e deve ser concluído em 2019, em agosto de 2018 foram liberados dados preliminares pelo IBGE.

Contata-se ainda que grande parte da PEA (população economicamente ativa) se caracteriza por baixa escolaridade e qualificação profissional, o que dificulta ao trabalhador acompanhar o acesso aos direitos trabalhista.

Uma das principais características do mercado de trabalho brasileiro é sua grande heterogeneidade: parte significativa dos trabalhadores está ocupada como assalariados sem carteira assinada pelo empregador ou como autônomos, posições caracterizadas pela precariedade do vínculo empregatício, pela duração irregular da jornada de trabalho, pela falta de acesso ao sistema de proteção social e pela baixa qualidade e remuneração do trabalho (DIEESE, 2007, pag.51).

Após o Censo Demográfico de 2010, o DIEESE de posse desses dados fez um estudo e traçou o perfil do trabalhador rural brasileiro, estas informações estão no documento *O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro*, disponível na internet.

No censo em 2010 a população brasileira somava 190 milhões de habitantes, a população rural era de 30 milhões (52% homens e 48% mulheres), o que representava 15,6% da população do país. O número de habitantes no meio rural tem diminuído bastante ao longo dos anos, como podemos perceber em 1950 entorno de 63,8% da população residia no espaço rural, na década de 1970 ocorreu uma inversão, e na década de 1980 a população rural girava entorno de 32,3% da população total do país, e a estimativa é que em 2050 apenas 8 % da população reside no meio rural.

Essa inversão pode ser interpretada sob vários aspectos, mas de forma geral pode-se dizer que acompanham as transformações na sociedade e na forma como ela está organizada, o modo de produção; como maior concentração industrial nas áreas urbanas aumentando a demanda de força de trabalho, mudanças no processo

produtivo na agricultura, abertura de novas fronteiras agrícolas e especialização produtiva da produção, a fragilidade da oferta de serviços pelo Estado no espaço rural como saúde, educação, ou escassez e precariedade de trabalho no espaço rural.

Entre 1960 e 1985, o número de ocupados no espaço rural brasileiro passou de 15,6 milhões para 23,4 milhões de trabalhadores (DIEESE, 2014). A partir de 1985 observamos uma queda no número de ocupados no trabalho rural. Em 1995, o pessoal ocupado era de 17,9 milhões, em 2013 caiu para 15,2 milhões. Assim temos, de 1985 para 2013, ou seja, em menos de 30 anos uma queda de 8,2 milhões de pessoas ocupadas no espaço rural. A estimativa dos órgãos governamentais ligadas aos estudos sobre trabalho é que em 2050 o Brasil tenha um contingente de apenas 8,2% de ocupados rurais.

Enquanto que o número de ocupados tem diminuído drasticamente, o número de estabelecimentos rurais tem se mantido ao longo das décadas, então temos a redução do número de ocupados por estabelecimentos. Por exemplo, em 1980 havia em torno de 4 ocupados por estabelecimento, reduziu para 3,2 em 2006, e chegou a 2,7 em 2013. Mantida essa tendência, a projeção é de que, em 2050, haja uma média de menos de dois (1,7) ocupados por estabelecimentos (DIEESE, 2014).

A diminuição da ocupação rural é reflexo das mudanças ocorridas no campo, que se caracterizam, entre outros aspectos, pela continua especialização e mecanização dos processos produtivos. Considerando os tratores entre os implementos agrícolas como exemplo, em 1970 havia pouco mais de 160 mil tratores, em 2013, eram quase 1,2 milhão. Levando em conta o desempenho e a tecnologia associada a essas máquinas, implica na demanda de mão de obra mais qualificada e escolarizada.

A grosso modo, são três categorias que compõe a ocupação no meio rural brasileiro: agricultores familiares, empregadores e empregados (DIEESE, 2014). Sobre as ocupações compreende-se:

Empregado - pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.); **Conta própria** - pessoa que trabalha explorando o próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado. **Trabalhador na produção para o próprio consumo** - pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana,

na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação e de pelo menos um membro da unidade domiciliar. **Empregador** - pessoa que trabalha explorando o próprio empreendimento, com pelo menos um empregado. **Não remunerado** - pessoa que trabalha sem remuneração durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era: empregado na produção de bens primários (atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador. (Notas Metodológicas, Pnad 2013).

Como já visto anteriormente tem ocorrido forte redução ao longo das décadas em todas as ocupações. Analisando dados do Pnad (2013), percebe-se que a mão de obra ocupada no espaço rural somava 13,9 milhões de trabalhadores, o que representava 45,6% do total da população rural (30,6 milhões), e 14,4 % da ocupação total brasileira (94,6 milhões). Dos quase 14 milhões de ocupados rurais, 70,2% (9,8 milhões) eram do sexo masculino e 29,8% (4,1%) do sexo feminino (DIEESE, 2014).

Do total de ocupados, 29,0% (4,0 milhões) estavam na condição de empregados (com e sem carteira de trabalho assinada), 28,3% (3,9 milhões) como conta própria, 30,3% (4,2 milhões) como trabalhadores na produção para o próprio consumo, 10,4% (1,4 milhão) como trabalhadores não remunerados e 1,9% (267 mil) como empregadores (DIEESE, 2014).

Em síntese, maior parte do pessoal ocupado (58,6%) abrange os que trabalham por conta própria, ou que produzem para consumo. Apenas 29% está na condição de empregado, aqueles que vendem a força de trabalho, desses não temos o dado que quantos tem carteira assinada ou não. Em torno de 10% como trabalhadores não remunerados, aqui temos agricultura familiar e trabalho doméstico, e apenas 1,9% tido como empregadores, empresários rurais.

3.3 ASSALARIAMENTO RURAL E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Em 2013, entre os 4 milhões de assalariados rurais, a maioria 59,4 % (2,4 milhões) encontravam-se como empregado sem carteira assinada, e 40,6% (1,6 milhão) com carteira assinada (DIEESE, 2014). Sendo assim, a maior parte dos trabalhadores assalariados rurais do país está em situação de trabalho informal (ou ilegal), ou seja, sem nenhuma proteção pela CLT. Segundo o IBGE (2014), essa taxa de informalidade (ou ilegalidade) está bem acima da taxa geral do país.

Do total de trabalhadores assalariados rurais do país, 8% (341 mil) estão na região norte, desses 78,3 mil tem carteira assinada e 263 mil não tem carteira assinada, sendo assim a taxa de informalidade é de 77% do total de trabalhadores da região. A região nordeste registra o maior número de assalariados rurais do país, 34,8% (1,4 milhão) dos trabalhadores, destes 323 mil tem carteira assinada e 1,9 milhão não tem carteira assinada, a taxa de trabalhadores informais chega a 77,1%.

Na região sudeste está 34,4% (1,3 milhão) de trabalhadores, destes 781 mil tem registro em carteira e 633 mil, não. Nesta região a taxa de informalidade é de 45%. Na região centro oeste estão 11% (447 mil) trabalhadores, destes 263 mil com carteira assinada e 184 mil sem carteira assinada. Cerca de 40% estão na informalidade. Já na região sul temos 11% (458 mil) assalariados rurais, deste 234 mil com registro em carteira e 224mil sem registro, cerca de 48,9% na informalidade.

Quanto a distribuição geográfica, os assalariados rurais estavam concentrados na região nordeste e sudeste, e quanto a taxa de informalidade (ou ilegalidade) os trabalhadores estão no norte e nordeste.

Os mesmos órgãos que chamam atenção para o alto grau de informalidade/ilegalidade do trabalho assalariado rural, também alertam que estes dados estão diminuindo, ainda que a passos lentos. Segundo DIEESE (2014) entre 2004 e 2013, diminuiu 13,16% ou 1,56% ano, mas se mantém entre uma das taxas mais altas do mercado de trabalho no mundo. Reduzindo nesse ritmo, seriam necessários aproximadamente 50 anos para chegar ao nível de informalidade urbana em 2013 que era de cerca de 27%.

Como o nível de informalidade é extremamente alta, ao analisar o perfil do assalariado rural, o DIEESE optou por dividir entre trabalhador em condição legal (com carteira assinada) e informal/ilegal (sem carteira assinada). Em relação ao **local da residência do trabalhador**, aproximadamente 48,8% vivem em áreas rurais, esse número cai para 41,1% dos empregados formais e atinge 54,1% entre os informais. Para o DIEESE (2014), o fato de residir em zona exclusivamente rural, ou seja, morar na propriedade onde trabalha, torna o trabalhador mais propenso a aceitar um vínculo de trabalho não formal do que um trabalhador que reside em área fora da propriedade em que trabalha.

Como analisado anteriormente, a maior parte dos assalariados rurais estão na condição da informalidade, portanto a média de **contribuintes da previdência** é

de apenas 43,6%, em outras palavras, a cada 10 empregados somente 4 contribuem. Entre os que estão na informalidade, apenas 5,1% recolhem para previdência.

Dos 4 milhões de assalariados rurais, apenas 14,6% (591mil) são **sócios em algum sindicato**. Entre os trabalhadores formais são 18,5%, enquanto que entre os informais apenas 11,9%. A condição informal do trabalhador naturalmente o distancia do sindicato, fazendo com que fique desprotegido das conquistas, por exemplo, de convenções e/ou acordos coletivos de trabalho (DIEESE, 2014). A frequente migração do trabalhador em busca de novas vagas geralmente longe da entidade sindical contribui para maior afastamento do sindicato, como também contratos temporários ou intermitentes.

Quanto ao **nível de instrução**, 39,3% dos trabalhadores não têm nenhum ou têm, no máximo, três anos de estudo, o que soma 1,6 milhão de assalariados em situação de analfabetismo ou com baixíssima escolaridade (DIEESE, 2014). No conjunto dos trabalhadores rurais a maioria tem baixa escolaridade, o que dificulta o acesso a qualificação e a melhores vagas de trabalho.

Estudos indicam que a baixa escolaridade aliada a informalidade transpõe-se quase sempre para baixa **remuneração** e, por consequência, para a pobreza. Entre os trabalhadores assalariados informais, 30,5% tinham rendimento de zero a meio salário mínimo (SM), enquanto 72,3% auferiam rendimento médio mensal de até 1 SM. No caso dos trabalhadores com carteira assinada, a situação é melhor, mas, mesmo assim, 26,7% recebem até 1 SM mensal (DIEESE, 2014).

Nesse período (2014), somente o fato da carteira de trabalho estar assinada já garantia a jornada de trabalho de 44 horas semanais de trabalho e a base de um salário mínimo ao trabalhador, condição esta que está em vias de mudanças, uma vez que com a recente reforma trabalhista aprovada em 2017, o empregador poderá assinar a carteira de trabalho em regime intermitente com rendimentos equivalente ao número de horas trabalhada, podendo não chegar a 1 salário mínimo.

Devido as mudanças ocorridas no espaço rural a partir da década de 1970, como a inserção de tecnologias para produção agropecuária e o êxodo rural, o perfil do assalariado rural é predominantemente homens, negros/pardos e adultos. Segundo DIEESE (2014), em 2013, 88,9% do total de trabalhadores assalariados rurais eram do **sexo** masculino e 11,1% do sexo feminino. Quando se consideram

somente os assalariados formais, essa composição se altera, com maior participação relativa de mulheres (13,1%). No caso dos que estão na informalidade, a presença feminina se reduz para 9,7%. Quando analisamos toda ocupação no trabalho rural, para além dos assalariados, a mulher representa 29,8% do total, basicamente na agricultura familiar, para próprio consumo e não remunerada.

Em relação a **cor/raça**, os assalariados rurais são, na maioria pretos e pardos, representando 68,7% do total. Os brancos são 30,8% e os indígenas representam 0,2%. Quanto a faixa etária, 58% dos trabalhadores tem até 39 anos de idade. Essa concentração evidencia um fenômeno que vários especialistas têm observado: os postos de trabalho rurais são ocupados cada vez mais por trabalhadores mais jovens. Isso é dado principalmente pela elevada exigência de força física para exercer o trabalho no campo (DIEESE, 2014). Tomando como exemplo o corte da cana na região sudeste.

Uma característica do trabalho rural é adequar-se aos ciclos de produção das culturas, isso faz com que a demanda de força de trabalho aconteça em etapas diferentes do processo. Devido a sazonalidade da produção torna as contratações temporárias ou de curta duração algo comum no espaço rural. Nota-se que 31,9% dos assalariados estão em empregos temporários, dos quais, nessa situação, 47,2% dos empregados estão sem carteira assinada, contra 9,5% dos com carteira (DIEESE, 2014).

Quando se verifica a distribuição por atividade econômica, nota-se que a lavoura temporária, cujo nome traduz a temporalidade da cultura e, por consequência, do trabalho, emprega em torno de 30% dos assalariados rurais (DIEESE, 2014). Já na categoria “mista”, compreendida como lavoura e pecuária é a segunda atividade que mais emprega assalariados, 21,8%. E as lavouras permanentes empregam 16,4%; e os serviços relacionados a pecuária e agricultura empregam cerca de 12,8%.

Embora alguns indicadores demonstrem que nos últimos anos houve uma melhora na qualidade do emprego rural, como aumento de empregados com carteira assinada, aumento da taxa de sindicalização, diminuição de trabalhadores com jornada acima de 44 horas semanais e diminuição do trabalho infantil, ainda persistem condições de trabalho muito precárias.

A elevada informalidade, a inserção intermitente em diferentes etapas do processo produtivo, a segmentação dos trabalhadores segundo diversas formas de contratação, a dificuldade de organização nos locais de trabalho, a rotatividade, por diferentes culturas, entre outros, acabam por contribuir muito para acentuar a precarização do trabalho (DIEESE, 2014, p.25).

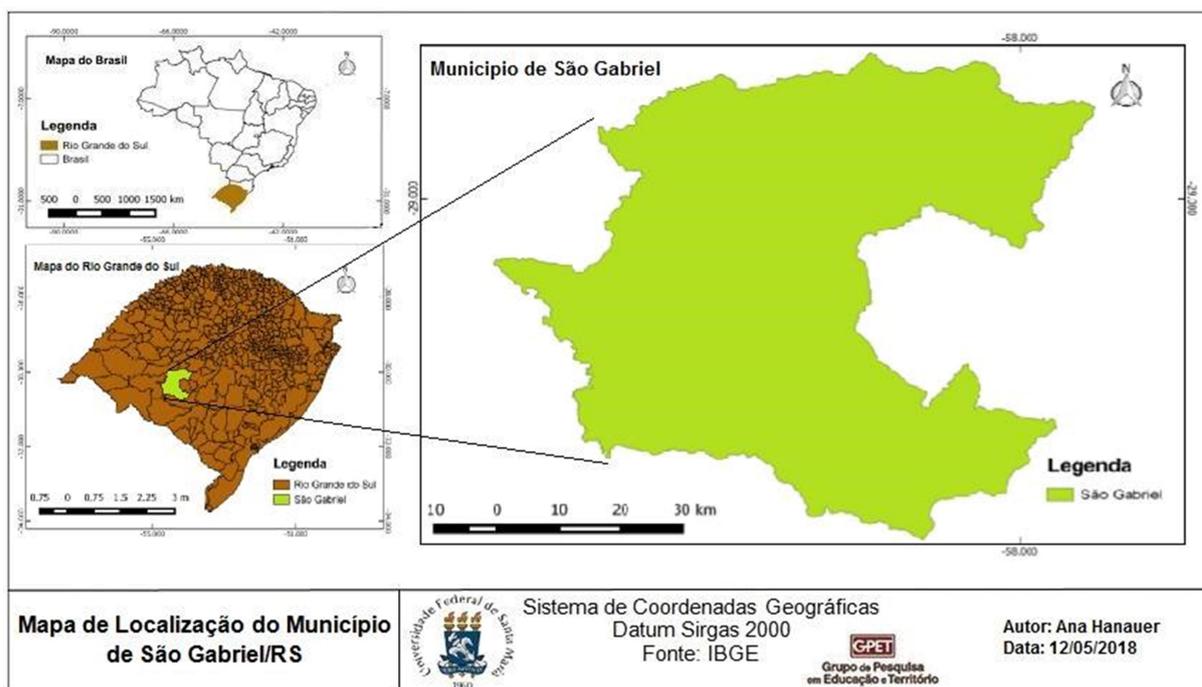
A terceirização da mão de obra é um símbolo do trabalho precário (DIEESE, 2014), ela geralmente vem acompanhada com a informalidade, a subcontratação ou ao trabalho escravo. O gato é uma figura central nesse processo, como agenciador de força de trabalho. O trabalho escravo ainda é uma realidade no espaço rural, de 1995 a 2014 foram realizadas 1.587 operações, onde foram fiscalizados 3.773 estabelecimentos e resgatados 46.588 trabalhadores, 44% desse total no espaço rural. As principais atividades econômicas do meio rural com maior número de resgatados são lavouras (temporárias e permanentes), pecuária, reflorestamento, carvão vegetal, extrativismo, cana-de-açúcar e desmatamento (DIEESE, 2014).

Outro fator determinante na precarização do trabalho rural é a intoxicação por agrotóxicos. Segundo a Fiocruz, em média, há cerca de seis mil casos registrados por ano de intoxicação humana por esse tipo de produtos. A elevação do consumo de agrotóxicos no campo tende a tornar a situação ainda mais grave. O excesso de esforço, fruto do trabalho por produção, é outra causa de acidentes, doenças e mortes no meio rural (DIEESE, 2014).

4 SÃO GABRIEL/RS: ESPAÇO AGRÁRIO E TRABALHO ASSALARIADO

O município de São Gabriel (figura 1) localiza-se na região da fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, também conhecida como Região da Campanha Gaúcha. A sede municipal localiza-se as margens da BR 290, importante rodovia que dá acesso a Porto Alegre, capital do estado. Como também os países vizinhos como Uruguai através de Santana do Livramento, e Argentina através da cidade de Uruguiana. Com isso, a sede municipal é bastante desenvolvida devido ao intenso fluxo de mercadorias, tanto para o porto de Rio Grande, como importação e exportação para países do Mercosul; como também fluxo de pessoas, é ponto de descanso de argentinos e uruguaios a caminho das praias brasileiras.

Figura 1- Mapa de localização do município de São Gabriel/RS.



Fonte: IBGE (2000).
Elaboração: Autora (2018).

Os aspectos históricos do município se confundem com a história da Região da Campanha do Rio Grande do Sul, marcados profundamente pelas disputas entre

Portugal e Espanha no século XVII e XVIII com objetivo de controlar a Bacia do Prata. A região carrega traços culturais, na formação social e estruturais com características próprias, devido aos conflitos pela fronteira, ao delimitar as fronteiras entre Brasil, Uruguai e Argentina, advinda das disputas territoriais na região.

Em 2014, Eduardo Schiavone e Cesar De David, organizaram um livro chamado: A geografia no Rio Grande do Sul em meados do século XX: retratos do território e da produção da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Tratou-se de um resgate dos documentos produzidos por geógrafos sobre a diversidade do espaço geográfico do Rio Grande do sul, e apresentados nas Assembleias da Associação Brasileira de Geógrafos, nas décadas de 1940, 1950 e 1960.

No capítulo 5 do livro, há um relatório de trabalho de campo escrito por Nice Lecoq Muller sobre a região de São Gabriel, e é este relatório que iremos estudar para compreender a organização sócio espacial das décadas de 1940 a 1960 para mais tarde debater o início do século XXI.

Figura 2 - Paisagem da Campanha Gaúcha



Fonte: Autora (2018).

Ao abordar as características da Campanha gaúcha, a autora do relatório nos chama a atenção para a questão em que a Campanha:

É comumente invocada como sendo região suavemente ondulada, recoberta de vegetação de campos, onde impera a criação de gado. Dentro desses grandes traços, forma um bem caracterizado quadro geográfico, formado de elementos simples e bem definidos: as coxilhas, o Pampa e as estancias. Como síntese essa imagem pode ser retida para o conjunto da Campanha, no entanto quando se analisam os detalhes, ela peca por demasiada generalização (MULLER, 1958, P. 72).

Certamente trata-se de uma construção histórica, a compreensão que se constrói sobre a história e a leitura do espaço geográfico de um determinado espaço ou região. Ao longo do relatório ela afirma que em um estudo mais detalhado analisa-se uma enorme diversidade de formas na topografia, na cobertura vegetal resultando em micropaisagens, uma variedade de microclimas, e atividades humana; tudo dentro de um conjunto maior.

4.1 ESPAÇO AGRÁRIO E ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

Assim, embora os municípios da região apresentem algumas características semelhantes, a mais marcante está na forma como está estruturada a propriedade da terra na região; municípios com grande extensão territorial e com alta concentração fundiária. Para melhor compreensão, vamos diferenciar dois conceitos que podem ser confundidos ou tratados como sinônimos, porém tem caracterização diferente dependendo do órgão público que classifica, que são estabelecimento e propriedade. Segundo IBGE (1970) *estabelecimento* é um terreno de área contínua, independentemente do tamanho e da condição legal da terra. Compreende-se por tamanho do estabelecimento o número de hectares que estes representam.

O Instituto Nacional e Colonização e Reforma Agrária (INCRA) trabalha com o conceito de propriedade que está intrinsecamente ligado à condição legal da terra, que pode ser interpretado como um conceito mais político. Para o IBGE estabelecimento tem relação com a forma com que a terra é explorada/utilizada, enquanto que para o INCRA o que interessa é quem tem a escritura da terra, a propriedade.

Logo, uma propriedade pode ter vários estabelecimentos. Supõe-se que uma propriedade de 2000 hectares, 1000 hectares seja arrendado para cultivo de soja,

800 hectares o proprietário tenha uma parceria para criação de gado e 200 hectares o proprietário utilize para produzir eucaliptos. Nesse caso segundo o INCRA temos uma propriedade, porque tem somente uma escritura, mas para o IBGE temos 3 estabelecimentos. Um estabelecimento arrendado, outro uma parceria e um estabelecimento próprio; porque o que interessa é a forma com que a terra é utilizada.

Em relação ao tamanho da área dos estabelecimentos é o IBGE, e o tamanho da propriedade é o INCRA que classifica. A classificação feita pelo INCRA, é definida a partir do módulo fiscal pela lei nº 6.746, de 10 de dezembro e 1979, que varia de acordo com cada município. O módulo fiscal é compreendido como uma área mínima necessária para que uma propriedade seja economicamente viável.

Ele é construído levando em conta: a cultura predominante no município, a renda obtida por aquela cultura, a distância dos grandes centros e outras culturas que não são predominantes, mas que são importantes na renda da formação familiar daquele município. Este conjunto de itens vai construir uma média e definir qual vai ser o módulo rural daquele município.

Figura 3 - Classificação dos imóveis rurais em relação ao tamanho da área

Em relação ao **tamanho** da área, os imóveis rurais são classificados em:

Minifúndio – é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal;

Pequena Propriedade - o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;

Média Propriedade - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;

Grande Propriedade - o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais.

Organização: Autora (2015).

Segundo o Cadastro Nacional de Cadastro Rural, Índices Básicos de 2013 do INCRA, onde consta relação do tamanho do módulo fiscal de todos os municípios brasileiros, todos os municípios da Região da Campanha têm como módulo fiscal de

28 hectares de terra. Portanto, no município de estudo se aplicássemos o tamanho da área dos imóveis rurais a partir do módulo fiscal teríamos: minifúndios com propriedades menores que 28 hectares, pequena propriedade de 28ha a 112ha, média propriedade e 112ha a 420ha, e grande propriedade acima de 420 hectares.

Para melhor caracterização no levantamento de dados da Região da Campanha, dividimos o tamanho do estabelecimento de acordo nas seguintes escalas: estabelecimentos até 10 hectares, de 10 hectares a 100 ha, de 100 hectares a 2000 ha, e acima de 2000 ha. Optamos por estes intervalos e não pela classificação embasada no módulo fiscal, devido à grande concentração fundiária da região e talvez essa não representasse o sentido de pequena, média e grande área que pretendemos analisar. Segue os dados dos Censos Agropecuários de 1960 a 1995 com o número de estabelecimentos e área.

Figura 4 - Município de São Gabriel Tamanho da propriedade (Nº estabelecimentos e total de hectares)

Ano		1960	1970	1975	1980	1985	1995
< 10 ha	Nº	64	396	777	374	395	479
	Ha	563	2.192	3.309	1.831	1.974	2.006
10 -100 ha	Nº	593	1.231	1.361	1.092	1.206	909
	Ha	25.757	46.531	48.134	42.431	46.996	28.949
100-2000ha	Nº	478	729	785	790	877	682
	Ha	140.891	340.360	388.157	383.615	395.714	307.665
> 2 000 ha	Nº	62	50	51	46	38	39
	Ha	305.601	192.398	164.527	146.267	129.032	117.611

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (1960,1970,1975, 1980, 1985, 1995).
Org: Autora (2018).

Embora o município tenha o maior número de estabelecimento correspondente até 100 hectares, o total de área destes é praticamente insignificante em relação a área correspondente nos estabelecimentos acima de 100 hectares. O censo de 1995 registrou 1.388 estabelecimentos de 0 a 100 ha, somando o total de 30.955 ha. Enquanto que nas propriedades acima de 100 ha, registrou-se 721 estabelecimentos, equivalente a 425.276 ha. Em síntese, metade

do número de estabelecimentos de 0 a 100 ha equivale 14 vezes mais a área de terra nos estabelecimentos acima de 100 ha. Ilustrando assim a alta concentração fundiária do município.

Na tabela a seguir, demonstramos somente o censo de 1995 com outra divisão de tamanho da área, em que podemos analisar melhor os dados. Propomos esta divisão em relação a que trabalhamos na tabela anterior, com objetivo de desvelar as informações ocultas na divisão dos estabelecimentos entre 100 a 2000 hectares.

Figura 5 - Estabelecimentos segundo tamanho em (ha), em 1995

	Estabelecimentos segundo tamanho em (ha), em 1995					
São Gabriel	>10	10 a 100	100 a 200	200 a 500	500 a 2000	<2000
	479	909	263	296	243	39

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (1995).

Org: Autora (2018).

Nesse sentido, observamos na divisão do tamanho dos estabelecimentos, no ano de 1995, destacamos que até 100 hectares há um predomínio do maior número de estabelecimentos no município. Essa abertura dos dados da área de 100 a 2000 hectares que na tabela anterior estão condensadas, nos permite explicitar que o número de estabelecimentos ocorre de forma distribuída entre 100 a 200 ha, de 200 a 500 ha, e de 500 a 2000 ha. Reforçando a conclusão anterior, em que o maior número de estabelecimentos no município é até 500 hectares.

A pecuária historicamente foi o carro chefe nas atividades agropecuárias no município devido aspectos de formação histórica, atividade econômica que estava ligada intimamente à propriedade da terra. Em seu relatório Muller (2014) enfatiza a importância da cultura do trigo nas atividades agrícolas do município na década de 1950, atividade que trouxe novas formas de regime da exploração da terra, como menciona:

No que diz respeito ao regime de exploração da terra, o trigo começou a ser cultivado no sistema de parceria “a meia”: ao proprietário cabia fornecer, a

troco de 50% da safra, a terra, a maquinaria, os adubos e as sementes enquanto que os lavradores, com direito a outra metade da produção, contribuíam com seu trabalho, pagando apenas a depreciação das máquinas. Esse sistema, atualmente, é pouco adotado e adquiriu novas bases, nos caso das famílias russas remanescentes das primeiras que aí haviam se instalado, o proprietário apenas oferece a terra, recebendo de 15 a 25% da produção, enquanto que no caso de um outro produtor, de origem holandesa, o proprietário apenas fornecendo, também, a terra, está recebendo a alta proporção de 50%. Esta evolução da parceria indica claramente dois fatos: a alta valorização das terras, uma vez que o proprietário, pelo mero usufruto, recebe alta proporção das colheitas e – por outro lado – o alto aparelhamento técnico do produtor que, graças ao aumento das possibilidades de produção consegue, ainda entregando parte da safra ao proprietário, ter resultados compensadores (MULLER, 1958, P. 85).

O arrendamento de terras deixou no passado o sistema de parceria, uma vez que era mais vantajoso para os proprietários, onde contavam com uma renda fixa, independente da oscilação de preços no mercado, das intempéries relacionadas ao clima e podia ficar alheio ao processo produtivo, podendo concentrar sua atenção à pecuária, ou mesmo a sua profissão na cidade, no caso de fazendeiros que não tinham apenas a propriedade da terra como atividade econômica.

Quanto aos arrendatários, pode-se distinguir o grupo dos pequenos do dos grandes arrendatários (ou “fortes” como se diz regionalmente). Os pequenos arrendatários, com uma base de 2 a 4 quadras de sesmarias, em média, são representados por famílias principalmente de origem estrangeira (russos, dinamarqueses, holandeses) por capatazes e outros elementos que, conseguindo algum pecúlio, se lançam no negócio progressivamente, o que é facilitado pela venda a prazo da maquinaria. Os arrendatários “fortes”, muito mais numerosos, contam entre 4 e 12 quadras de sesmarias, em média, e são, quase sempre, pessoas residentes na cidade (médicos, advogados, comerciantes), que, conseguindo financiamento, promovem a cultura, entregando-a a capatazes para dirigirem a parte agrícola da exploração (MULLER, 1958, P. 86).

O regime de exploração da terra pode estar ligado a sua condição legal ou não, mas geralmente está. Um proprietário pode usar sua terra ou arrendá-la para outrem. Esta pode ser uma relação formal ou não, e está bastante ligada ao tipo de atividade econômica que é desenvolvida nesse solo. Até a década de 60 as atividades econômicas no campo estavam centradas nas atividades da criação de ovinos e bovinos, atividades que ocupavam 88% da superfície do solo do município (MULLER, 2014). A ocorrência dessa atividade deu-se devido a disponibilidade abundante de pastagens naturais no município como também em toda região da Campanha.

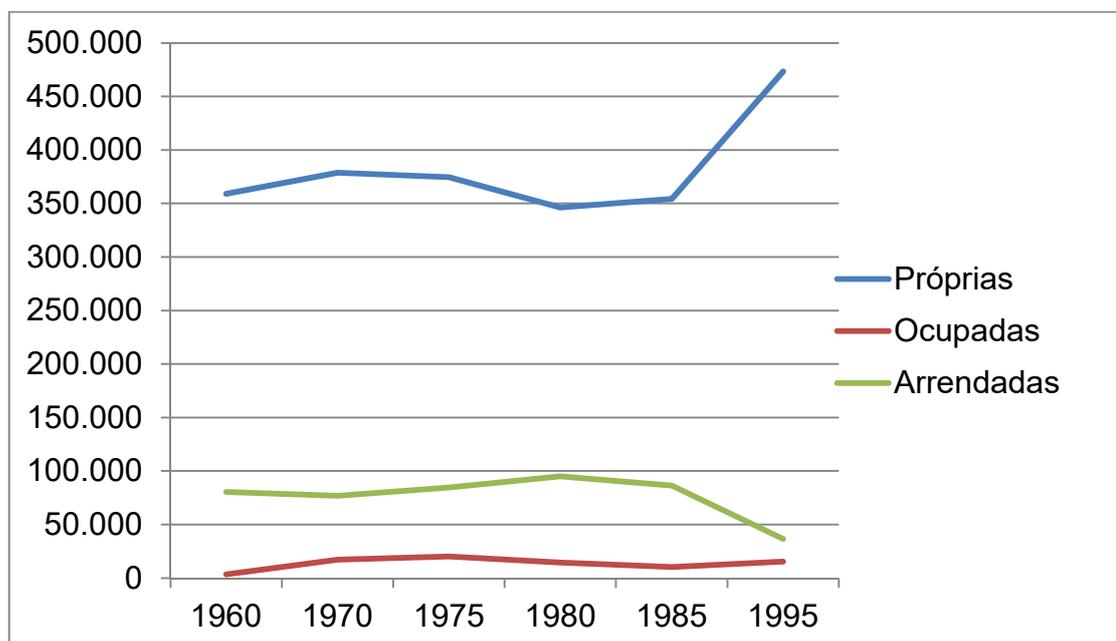
Ainda na mesma década, em relação as atividades agrícolas, a agricultura correspondia a 7% da superfície total do município, sendo pouco variada, por ordem de importância, trigo (30.781 ha), arroz (4.580 ha), milho (1.150 ha) e linho (2.500 ha). Segundo a autora do relatório, em torno de 50% dos produtores de arroz plantam em terras próprias, os demais arrendam a outros. Essa quantidade de produtores que arrendam as terras para cultivo de arroz se daria devido a construção histórica da mentalidade tradicional do gaúcho fazendeiro, tendo suas atividades centradas na pecuária e não na agricultura.

Outro argumento seria a falta de mão de obra e dificuldades de irrigação, preferindo não dividir seu capital, ou sua atenção e concentrar na pecuária. Os poucos que produzem arroz em terras próprias limitam-se a cultivar em pequenas áreas, portanto, a maior parte da produção de arroz no município na década de 1960 já era em terras arrendadas.

Diferente do arroz, o trigo era o carro chefe das atividades agrícolas no município nesse período. Atividade consolidada, que vinha num crescente nas décadas anteriores, tendia a estabilizar e com possibilidades de crescimento. Devido a condições favoráveis como o clima e o solo, conhecido como *terra preta*, e aos incentivos do Estado através de financiamentos pelo banco do Brasil, na década de 1950 o trigo colocou São Gabriel entre os maiores produtores do estado.

Em relação a condição legal das terras, o Censo Agropecuário classifica em terras próprias, áreas ocupadas, e terras arrendadas. Na figura a seguir podemos analisar a evolução ao longo das décadas da condição legal das terras no município:

Figura 6 - Condição legal das terras – Município de São Gabriel



Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995).
Organização: Autora (2013).

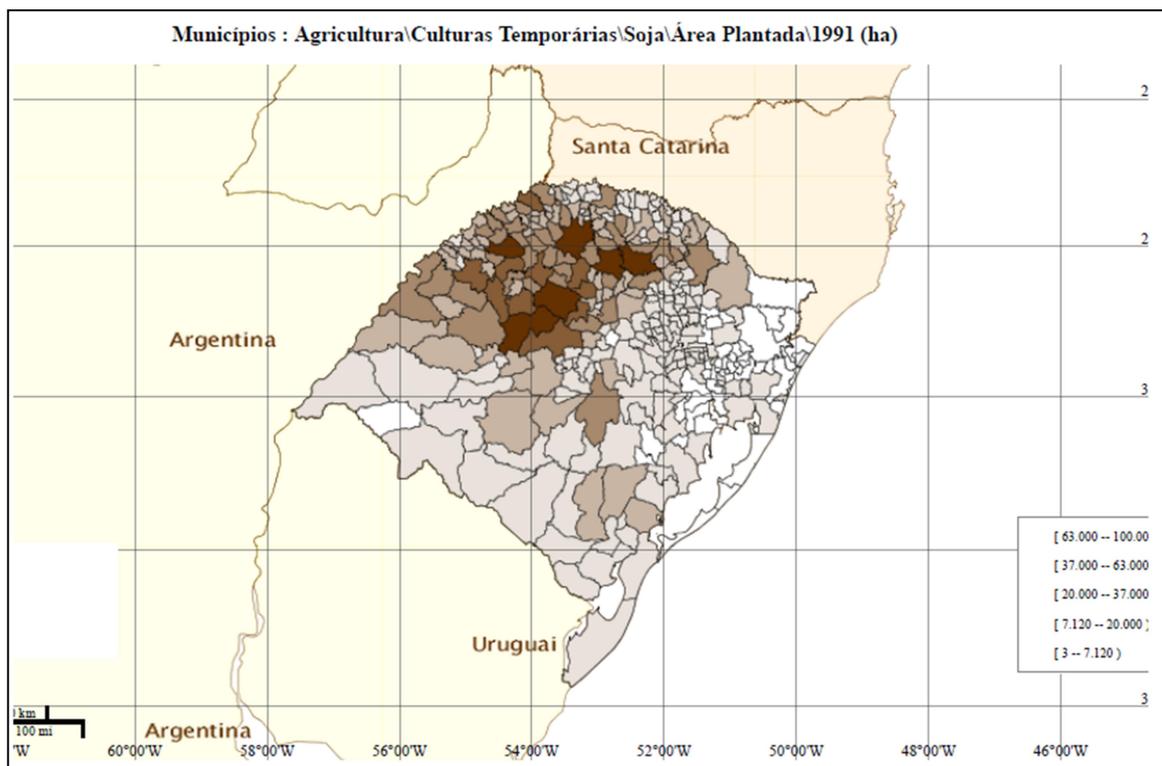
De forma geral, podemos dizer que de 1960 á 1995 a condição legal das terras no município é predominantemente de terras próprias. Podemos observar também que na década de 1980, há uma queda significativa das terras arrendadas e conseqüentemente, aumento das terras próprias.

O geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2016), em seus estudos sobre a mundialização da agricultura brasileira ressalta que, de forma geral, a agricultura se estrutura através da produção de commodities³, bolsas de mercadorias e de futuro e monopólios mundiais. E que esse processo se materializa através da territorialização dos monopólios, das empresas transnacionais que atuam nas atividades agropecuárias. Esses processos de inserção das atividades agropecuárias independem da condição legal das terras, mas podem levar ao aumento das áreas arrendadas, devido aos processos de territorialização e desterritorialização do agronegócio em determinadas regiões do estado ou país.

³ *Commodities* é uma definição em inglês do termo mercadoria. São produtos em estado bruto ou com baixo grau de transformação. Podem ser divididos em agrícolas ou minerais. Os agrícolas englobam culturas como soja, milho, algodão, açúcar; e minerais vão desde o minério de ferro até o petróleo. Segundo MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária), as *commodities* representaram 65% das exportações brasileiras em 2016.

Como no caso da produção de soja no estado do Rio Grande do Sul, na década de 1980 os cultivos predominavam nos municípios da região noroeste do estado. A partir dos últimos dados que acessamos como podemos analisar na figura a seguir, demonstram que há uma mudança significativa na localização dos municípios com maior área de cultivos desse produto.

Figura 7 - Municípios: agricultura/ cultura temporária/ soja/ área plantada/ 1991



Fonte: FEE.

Organização: Autora (2018).

No início dos anos 1990 a região noroeste do estado ficou conhecida como “região celeiro”, devido a maior concentração da produção de grãos do estado. Embora ainda houvesse cultivos de trigo, milho e outros grãos. A soja foi o que mais impulsionou a territorialização do agronegócio na região, tornando os municípios de Palmeiras das Missões, Passo Fundo e Cruz Alta municípios com mais área plantada, como também cidades polo regional que integrou as demais da região.

A área de soja plantada no município de São Gabriel era insignificante até os anos 2000, como podemos analisar nos dados obtidos no Censo Agropecuário de 1960 a 1985.

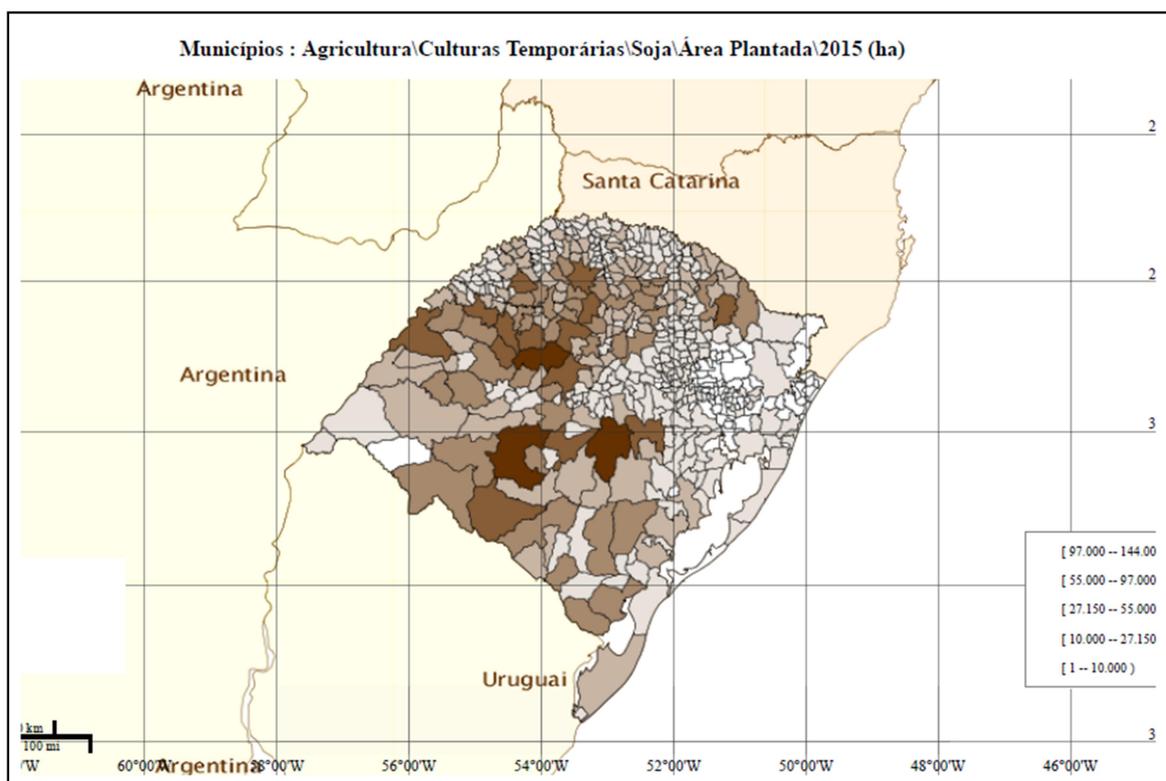
Figura 8 - Evolução do cultivo de soja (ha) município de São Gabriel /RS

Ano	1960	1970	1975	1980	1985
Hectares	0	337	13.090	31.055	34.918

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (1960,1970,1975,1980,1985).
Organização: Autora (2018).

A virada do século XXI trouxe consigo uma nova territorialização dos cultivos de soja no estado, como pode ser observado na figura a seguir. Entre os três municípios com maior área plantada no estado, registramos somente um na região noroeste, Tupanciretã; e a sudeste Cachoeira do Sul e sudoeste São Gabriel como segundo e terceiro em área plantada, ambos do bioma Pampa, em regiões com características agrícolas antes predominante de cultivo de arroz e criação de bovinos.

Figura 9 - Municípios: agricultura/ cultura temporária/ soja/ área plantada/ 2015



Fonte: FEE.

Organização: Autora (2018).

Ao estudar a área plantada de soja em todos os municípios do estado, optamos por trazer os 20 municípios com maior área plantada em 1991 e 2015, assim é possível observar que a região noroeste continua como “região celeiro”, porém, além de Cachoeira do Sul e São Gabriel, chama atenção para os municípios de Dom Pedrito, Rio Pardo e São Borja.

Figura 10 - Os 20 municípios com maior área plantada de soja - 1991 e 2015

Municípios	1991 (ha)	Municípios	2015 (ha)
Palmeira das Missões	100 000	Tupanciretã	144 000
Passo Fundo	84 500	Cachoeira do Sul	138 000
Cruz Alta	80 000	São Gabriel	97 000
Carazinho	74 000	Palmeira das Missões	95 000
Giruí	70 000	Cruz Alta	93 500
Tupanciretã	63 000	Júlio de Castilhos	89 000
Santa Bárbara do Sul	52 850	Jóia	80 800
Santo Ângelo	52 000	Dom Pedrito	76 000
Ijuí	51 000	São Luiz Gonzaga	74 000
São Luiz Gonzaga	50 000	São Miguel das Missões	71 700
São Miguel das Missões	47 000	Santa Bárbara do Sul	68 500
Júlio de Castilhos	45 000	Giruí	63 700
Fortaleza dos Valos	43 500	Capão do Cipó	62 000
Ibirubá	40 000	Muitos Capões	55 000
Jóia	40 000	Rio Pardo	55 000
Três Passos	37 000	São Borja	55 000
Bossoroca	35 000	São Sepé	55 000
Chapada	35 000	Espumoso	49 000
Marau	35 000	Vacaria	48 000

Fonte: FEE.

Organização: Autora (2018).

Entre os 498 municípios do estado do Rio Grande do Sul, apenas 277 municípios registraram o cultivo de soja em 1991; destes 205 registram área plantada acima de 1 000 hectares. Já em 2015, 414 municípios já registravam áreas plantadas de soja; destes 332 registravam área plantada acima de 1 000 hectares. Em 1991 São Gabriel passou da 63ª posição com 17 000 hectares plantada, para o 3º lugar em 2015, com 97 000 hectares. Em síntese, a soja foi a cultura que mais cresceu conforme dados do último Censo Agropecuário, 88 % em todo território nacional.

Na figura a seguir, podemos observar áreas antes de campo nativo, agora aradas e preparadas para cultivo de soja. Estas mudanças na paisagem provocadas pela entrada da produção de soja no espaço agrário do município é recorrente em todo espaço rural.

Figura 11 - Soja em São Gabriel – RS



Fonte: Autora (2018).

Em agosto de 2018, o IBGE divulgou dados preliminares do censo agropecuário que está em andamento, para todos os municípios. Nele, Tupanciretã continua a liderar a lista de 20 municípios maiores produtores, com 496,3 mil toneladas produzidas de soja. Na sequência, Júlio de Castilhos apresenta a maior produção com 400,3 mil toneladas. Em terceiro lugar, Cruz Alta, com 335,2 mil toneladas. Depois, São Gabriel em 4º lugar, tem 319,5 mil toneladas do grão produzidas.

As consequências e impactos do ato que arar a terra com máquinas pesadas para o cultivo de soja no Bioma Pampa estão sendo alertadas por estudos científicos realizados na última década, uma vez que a estrutura de formação do solo nessa região é frágil, podendo gerar, ou aprofundar as voçorocas e a desestruturação da pastagem de campo nativo historicamente utilizada na pecuária.

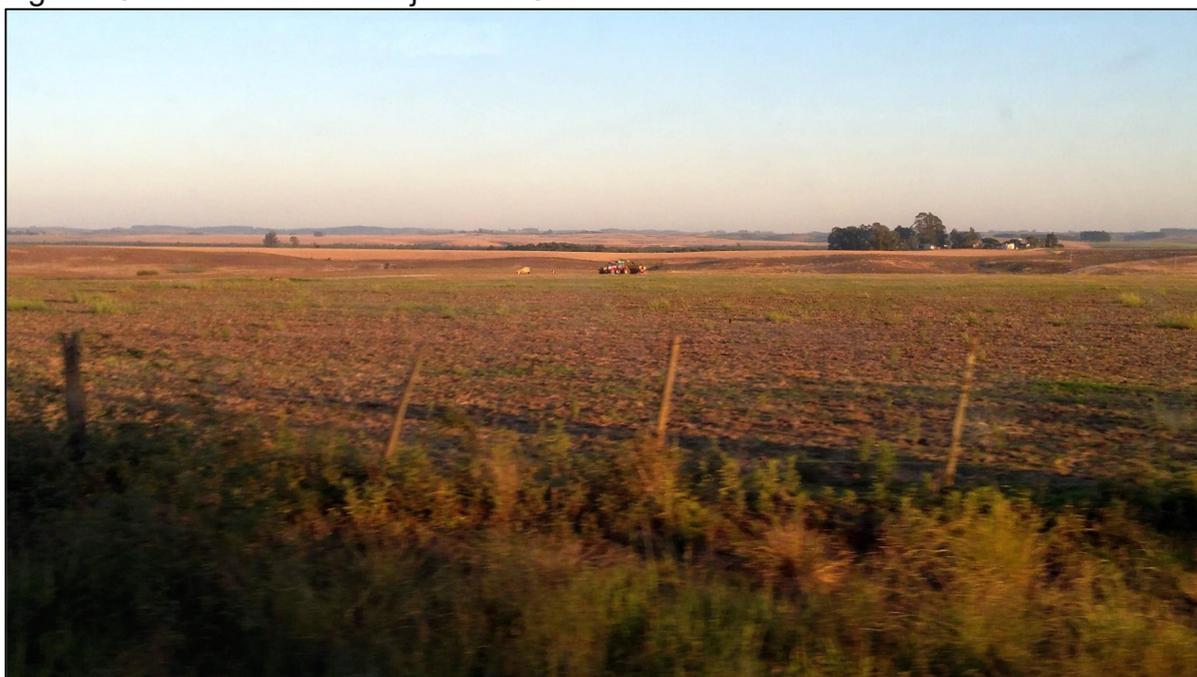
Nas figuras a seguir, pode ser observado que toda área onde continha pastagem nativa foi passado secante e após lavrado a terra, pode ser observado as raízes de eucaliptos que tempos antes deve ter sido plantando para sombra do gado e quebra vento. É comum observar na paisagem, pequenos arbustos empurrados para as mata

galeria ou córregos, para deixar as lavouras livres de galhos e raízes e não atrapalhar o uso de maquinários para semeadura.

Figura 12 – Solo preparado para cultivo de soja - São Gabriel – RS



Figura 13 – Semeadura da soja - São Gabriel - RS



Fonte: Autora (2018).

Os dados preliminares do censo, evidenciam o aumento da produção de soja em diferentes regiões, principalmente na metade sul do estado. Em comparação com o ano de 2006, quando foi realizado o último censo agropecuário, São Gabriel, por exemplo, tinha uma produção de 91 mil toneladas do grão e, atualmente, o município é um dos principais produtores, com um crescimento de 251% nos últimos 11 anos. Confirmando assim, nossos estudos e análises

A Campanha gaúcha que historicamente tinha suas atividades econômicas na atividade pastoril, conforme a figura a seguir, na virada da década de 1970 a 1980, vê duplicar a área plantada de arroz na região. Inserindo a utilização dos solos da região aos padrões capitalista de produção agrícola.

Figura 13 - Área plantada de arroz (ha) nos principais municípios produtores da Região da Campanha Gaúcha

	1960	1970	1975	1980	1985	1995
Campanha	34.659	98.797	153.891	236.502	328.283	384.919
Alegrete	8.174	11.593	15.810	23.091	34.659	48.363
Bagé	59	1.392	5.648	14.091	16.360	12.281
Dom Pedrito	1.283	8.263	18.461	22.374	26.276	33.600
Quarai	469	1.231	1.181	4.058	9.955	8.227
Rosário do Sul	3.901	6.836	9.282	14.186	16.452	22.134
S. do Livramento	3.856	2.018	3.236	4.783	7.966	12.168
São Gabriel	8.044	12.391	20.559	20.031	22.077	37.454
Uruguaiana	8.833	17.788	34.060	55.772	81.962	83.991
Itaqui	0	17.873	21.070	39.785	56.159	65.438
São Borja	0	11.634	15.245	25.690	42.237	44.053

Fonte: IBGE (1960 a 1995).
Organização: Autora (2015).

Nesse contexto, as atividades agropecuárias que impulsionaram o PIB do município de São Gabriel, estão alicerçadas na produção de soja, arroz e criação de

rebanho bovino. Como podemos analisar na figura anterior, há uma evolução constante na área plantada de arroz no município, transformando-o em 5º maior área plantada na Região da Campanha. A figura a seguir, nos ajuda a analisar a evolução do efetivo bovino na região e no município. Novamente chamam atenção os dados na passagem da década de 1970 a 1980, onde reforça a análise anterior quando nos referimos a área plantada de arroz, aqui o efetivo bovino triplica na região, momento em que o gado de corte se insere de forma padronizada para exportação inserindo-se no mercado internacional.

Figura 14 - Evolução do N° de efetivos da pecuária – Bovinos

Ano	1960	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Campanha	408.610	724.347	4.139.057	4.508.754	4.297.189	4.020.301	3.154.154
São Gabriel	48.171	83.732	469.358	509.948	456.191	438.136	255.893

Fonte: IBGE.

Organização: Autora (2018).

Os dados referentes ao município acompanham o crescimento regional, embora na passagem do censo de 1995 a 2006 há uma queda significativa, tanto na região como também no município. O final dos anos 1990 e entrada dos anos 2000 acompanhou a entrada das empresas multinacionais de celulose no estado do Rio Grande do Sul.

Na região Fronteira Oeste do estado, a Campanha Gaúcha, havia um planejamento da instalação de uma fábrica de processamento de celulose por parte da empresa sueco finlandesa Stora Enzo. Assim, são introduzidos na região novos cultivos como a silvicultura do eucalipto para produção de pasta de celulose. Quem perde espaço com esta atividade agropecuária é a criação de gado, quando seu efetivo diminuiu como analisado anteriormente.

Havia promessa por parte das empresas de que seria possível consorciar gado de corte com eucalipto no mesmo espaço, o que anos mais tarde, na prática não se confirmou. A partir do segundo ano, quando as árvores atingiram em torno de 2 metros de altura e fecharam as copas, a sombra e a toxidade das folhas mataram

toda vegetação sob o solo e a pastagem original. Assim, o efetivo bovino perdeu áreas importantes para os monocultivos de eucalipto.

Já a soja consegue conviver com a criação de gado, fazendo uma rotação nas mesmas áreas. O gado entra em confinamento no período de cultivo da soja ou vão para outras áreas, e no período entressafra as lavouras são transformadas em pastagens. O cenário de queda do número de cabeças de gado na região se recupera, e em 2010 volta a subir atingindo 4.787.860 cabeças segundo fontes da FEE.

A soja também desempenha um importante papel no consórcio agricultura pecuário, cada vez mais difundido na região, pois sendo cultivada nas coxilhas, após a colheita, essas áreas são destinadas ao cultivo das pastagens, suprimindo de alimentos os bovinos de corte durante os meses de inverno. Com isso, não ocorre uma efetiva competição entre áreas destinadas à rizicultura e à sojicultura, pois essa é cultivada em áreas anteriormente ocupadas pela pecuária de corte, e não pela lavoura rizícola. Assim, não podemos mais considerar a Campanha Gaúcha como território exclusivo da lavoura rizícola, uma vez que a soja, nos últimos anos, avançou significativamente na região (CHELOTTI, 2009, p.123).

Diante disso, há uma estagnação das áreas plantadas de eucalipto devido a vários fatores, o principal deles, foi a *lei da faixa de fronteira*, onde a legislação brasileira não permite que empresas estrangeiras comprem terras na faixa de fronteira. Inviabilizando a compra de terras por parte da empresa como também a construção da fábrica; e a consolidação da entrada da soja na região. Esse processo reorganiza o espaço agrário no município de São Gabriel, agora com as atividades agropecuárias centrais fundadas no tripé: gado, arroz e soja.

As informações sobre **peçoal ocupado** nas atividades agropecuárias do município estão embasadas em uma evolução histórica que organizamos a partir dos censos agropecuários até 1985, e posterior utilizaremos dados do CAGED que estão disponibilizados pelo extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MPT).

A metodologia do censo agropecuário do IBGE até a década de 1980, quando se referia aos assalariados rurais, os dividia entre temporários e permanentes, e entre trabalhadores na agropecuária com trabalho não remunerado, compreendido como aquele trabalhador que exerce atividades laborais mas não recebe um salário para esta função, geralmente é trabalho familiar.

Sendo assim, a figura a seguir apresenta uma série histórica do pessoal ocupado no município a partir dessa metodologia do censo agropecuário:

Figura 15 - Pessoal Ocupado em São Gabriel - RS (1960 – 1985).

Pessoal Ocupado (1960 – 1985)					
	1960	1970	1975	1980	1985
Trabalho assalariado (permanente)	1.279	1.435	2.093	2.672	2.755
Trabalho assalariado (temporário)	5.053	803	1.381	1.890	1.616
Trabalho não remunerado (familiar)	2.539	5.301	6.191	5.591	5.384

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE.
Organização: Autora (2019).

Como podemos observar, embora o município apresente alta concentração fundiária, é alta também o número de trabalhadores envolvidos nas atividades agropecuárias. O trabalho assalariado permanente cresceu ao longo das décadas, o trabalho temporário teve uma queda significativa de 1960 a 1970, nas décadas seguintes voltou a crescer e estabilizou. Essa diminuição brusca do número de pessoal ocupado temporário pode ter acontecido devido a queda da produção de trigo no município, como visto anteriormente, que nesse momento histórico ainda acontecia de forma artesanal, ocupando grande quantidade de força de trabalho temporário.

Os dados do trabalho não remunerado, constitui na força de trabalho que executa as atividades agropecuárias de forma familiar, onde não tem um vínculo empregatício direto de compra e venda de força de trabalho como nas anteriores. Atividades que podem ser de subsistência familiar e/ou para venda no comércio, para geração de renda familiar. Esses dados demonstram que no espaço agrário do município ainda é relevante o número de pequenos proprietários, agricultores que envolvem grande parte do pessoal ocupado.

No censo agropecuário de 2006, o IBGE mudou a metodologia; neste, trouxe o número total de pessoal ocupado e os dividiu entre: com laços de parentesco com o produtor e empregados contratados sem laços de parentesco com o produtor.

Figura 16 - Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários em São Gabriel-RS- 2006

Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários - 2006	
Pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor	3 548
Empregados contratados sem laços de parentesco com o produtor	1 479
Total	5 027

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (2006).
Organização: Autora (2018)

Seguindo raciocínio anterior, se o pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor são os pequenos proprietários, agricultores familiares e assentados; resta-nos concluir que os 1479 empregados contratados sem parentesco com o produtor são os assalariados rurais do município. Aqueles que vendem sua força de trabalho, com vínculos formais ou não. A partir das informações do tamanho das propriedades e número de estabelecimentos que foi descrito acima, esses 3.548 trabalhadores com laços de parentesco com produtor estão relacionados aos estabelecimentos até 500 hectares.

Para fins de quantificar, e análise do volume dos trabalhadores assalariados rurais no município, aqueles que vendem a força de trabalho, que é um dos propósitos deste estudo, nos amparamos nos dados disponíveis do CAGED (Cadastro geral de empregadores e desempregados), que são dados oficiais do extinto Ministério do Trabalho, em que a metodologia prevê que as empresas enviem mensalmente o número de admissões e demissões.

Portanto, o CAGED foi instituído para controlar as demissões e admissões sob o regime da CLT, mensalmente. Na tabela a seguir, temos uma média anual de 2012 a 2018 das admissões e demissões, dos trabalhadores com carteira assinada envolvidos em atividades rurais no município.

Figura 17 - Média anual de 2012 a 2018 das admissões e demissões, em São Gabriel – RS.

Movimentação agregada	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1) Admissões	517	640	659	633	588	613	589
2) Desligamentos	557	586	586	670	639	601	655
Variação Absoluta	-40	54	73	-37	-51	12	-66

Fonte: CAGED

Elaboração: Autora (2019).

Como podemos observar, há uma acentuada variação entre as admissões e demissões, durante os 7 anos apresentados. Nossa interpretação dessas variações é de que, no ano em que houve mais admissões, onde a variação é positiva a maior parte dos contratos de trabalho foram permanentes; e conseqüentemente, os anos em que os desligamentos foram maiores que as admissões, logo, a variação é negativa, a maior parte dos contratos de trabalho foram temporários.

Essa variação ocorre, devido ao agronegócio da soja não estar consolidado entre as atividades agropecuárias do município, ele ainda está em processo de afirmação e expansão das áreas de cultivo. Uma vez que esta atividade é a que mais ocupa força de trabalho assalariada temporária, enquanto que as atividades que envolvem a pecuária, no caso dos peões campeiros são mais estáveis, têm menor oscilação, é trabalho permanente.

Na sequência, apresentamos um extrato mais atual, equivalente a um ano, entre janeiro de 2018 e janeiro de 2019 do CAGED. Lembrando que aqui não se trata do conjunto dos trabalhadores assalariados rurais do município, somente aqueles com carteira assinada. Nesta tabela, consta o total de trabalhadores admitidos no período em cada função, e o salário de cada função.

De imediato chama atenção, a coluna onde consta o salário dos trabalhadores admitidos com prazo determinado. Não é o salário que chama atenção, mas ser apenas duas funções onde consta o valor: trabalhador volante da agricultura e trabalhador agropecuário em geral; significa que é a função que mais contrata trabalhadores no regime temporário. Função essa que abrange a maior parte dos trabalhadores com carteira assinada entre os assalariados rurais no município.

Figura 18 - Assalariados rurais no Município São Gabriel - RS.

Assalariados rurais Município São Gabriel			
Jan 2018/Jan 2019	Salário		Salário
	Total	Adm.	
	Adm.	c/ Prz. Det.	Adm. Total
Trabalhador Volante da Agricultura	162	1.254,00	1.353,75
Trabalhador Agropecuário em Geral	149	1.335,00	1.334,63
Trabalhador de Pecuária Polivalente	94	0	1.311,29
Tratorista Agrícola	59	0	1.430,66
Trabalhador da Cultura de Arroz	20	0	1.269,55
Cozinheiro Geral	16	0	1.380,63
Estivador	16	0	1.286,00
Trabalhador da Pecuária (Bovinos Corte)	10	0	993,5
Auxiliar de Escritório, em Geral	10	0	1.156,60
Supervisor de Exploração Pecuária	7	0	1.815,57
Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	5	0	1.995,80
Caseiro (Agricultura)	4	0	1.237,50
Produtor Agrícola Polivalente	4	0	1.501,00
Supervisor de Exploração Agrícola	3	0	2.438,00
Auxiliar Geral de Conservação de Vias Permanentes (Exceto Trilhos)	3	0	1.428,00
Faxineiro (Desativado em 2010)	2	0	902
Supervisor de Exploração Agropecuária	2	0	2.308,00
Operador de Maquinas de Beneficiamento de Produtos Agrícolas	2	0	1.237,00
Empregado Domestico nos Serviços Gerais	2	0	1.254,00
Técnico Agrícola	2	0	1.644,00
Motorista de Furgão ou Veiculo Similar	1	0	1.615,00
Recepcionista, em Geral	1	0	714
Auxiliar de Contabilidade	1	0	1.087,00
Assistente Administrativo	1	0	3.342,00
Gerente de Vendas	1	0	2.227,00
Gerente Financeiro	1	0	2.763,00
Almoxarife	1	0	694
Soldador	1	0	2.996,00
Mecânico de Manutenção de Maquinas Agrícolas	1	0	1.397,00
Trabalhador na Olericultura (Talos, Folhas e Flores)	1	0	1.389,00
Operador de Maquina de Abrir Valas	1	0	1.455,00
Pedreiro	1	0	1.474,00
Auxiliar de Manutenção Predial	1	0	994
Cozinheiro do Serviço Domestico	1	0	954
Trabalhador da Manutenção de Edificações	1	0	1.255,00
Trabalhador na Produção de Mudas e Sementes	1	0	1.254,00
Motorista de Carro de Passeio	1	0	2.570,00

Fonte: CAGED
Elaboração: Autora (2019).

Além dos trabalhadores volante na agricultura (162) e trabalhador agropecuário em geral (149), as funções que ainda envolvem um número relevante do pessoal ocupado com carteira assinada, estão o trabalhador de agropecuária polivalente (94), tratorista agrícola (59), trabalhador da cultura do arroz (20), cozinheiro (16) e estivador (16).

Dentre as ocupações, as que mais desligaram no período janeiro 2018 a janeiro 2019 segundo CAGED, foram trabalhador volante na agricultura -24%, tratorista agrícola -9 %, trabalhador em agropecuária em geral -8%, trabalhador em bovinos (pecuária de corte) -7%, e trabalhador em cultura do arroz -6%.

Termos como **polivalente**, “*que diferentes tarefas executa, versátil*”; **volante** que “*não é fixo, que pode ser facilmente movido, retirado ou transportado, móvel*”; **em geral** “*que abrange a totalidade*”; aparecem com maior frequência e em maior número de trabalhadores envolvidos nos estudos de geografia do trabalho, reforçando o caráter precário do trabalho assalariado rural.

Diante disso, o próximo tópico discute os trabalhos de campo, onde nos propomos estudar as relações de trabalho imbricadas nessas atividades. Como se organizam de fato, quais funções que deixaram de existir, quais foram as novas funções, novos perfis criados para suprir nova demandas; para compreender quem é o trabalhador assalariado do agronegócio no município de São Gabriel.

4.2 RELAÇÕES DE TRABALHO E PERFIL DO ASSALARIADO RURAL

Os trabalhos de campo, foram momentos importantes para trazer os elementos centrais do nosso estudo através das entrevistas com os trabalhadores. Elas elucidam como se constroem as relações do trabalho assalariado no espaço rural do município, quem são os assalariados rurais, que tipo de trabalho estes executam, como eles vivem, qual suas rotinas e seus anseios.

As estancias estão na zona rural, dada a extensão territorial do município tem fazendas que se localizam a menos de 10km da cidade e outras, a maioria, em um raio de até 70, 80 quilômetros ou mais. É importante ter isso em mente para

compreender a forma como se organizam as relações de trabalho. É um sistema diferente do trabalho urbano, onde a mobilidade do trabalho permite que este vá até seu posto de trabalho, realize sua jornada e retorne para sua casa, todos os dias.

Outro aspecto importante, é a organização espacial no interior da estancia. Elas seguem um formato bastante parecido dentro de toda Campanha Gaúcha, influenciado por aspectos históricos e culturais que foram se construindo ao longo do tempo.

Em relação a organização espacial da estancia, além das atividades agropecuárias dispersa em toda superfície da propriedade, as demais estão concentradas no que se chama de sede da fazenda, como Muller (1958) detalha em seu relatório:

Todos os elementos de trabalho e de alojamento aí se encontram reunidos: a casa de moradia, os depósitos, os alojamentos dos empregados, as instalações necessárias as atividades pastoris. As construções ficam em regra, no topo de uma ruptura de declive das coxilhas, podendo variar sua posição em relação ao conjunto da propriedade, ora ficando em uma extremidade das terras, ora em ponto mais centralizado.

A casa de residência principal é a mais ampla e bem acabada construção do conjunto, as vezes já bastante antiga, (...) o conforto é relativo, mesmo porque, cada vez mais, os proprietários tendem a morar na cidade. Ao lado da residência principal é comum aparecer uma outra casa menor: poderá ser ocupada pelo filho do proprietário, que administra a fazenda, servir de casa de hóspedes, ou ser moradia do capataz.

Finalmente, ainda dentro das construções residenciais, tem-se o alojamento dos empregados da estancia, o “galpão dos peões”, “galpão da peonada” ou, simplesmente, “galpão”. Há casos nas construções mais antigas, em que o galpão fica anexo a casa principal dos proprietários; agora, é mais comum ficar isolado, fato que já foi interpretado como um indicio de maior distância social entre o estancieiro e seus empregados.

Trata-se de moradia coletiva de peões, típica das estancias, de construção rústica. Uma grande peça principal, em um só corpo ou em corpos contínuos, sem divisão, serve de depósito e sala social: aí cozinha-se, num fogão de trempe, no meio da sala, ou numa lareira encostada à parede; aí reúnem-se peões a noite, para refeições ou conversas ao pé do fogo, regadas a chimarrão. Além dessa peça principal, há os quartos, cômodos separados por divisões simples, por vezes comunicando-se entre si e sem portas que o isolem. Frequentemente o galpão não tem forro ou assoalho: o teto é de telha vã, o chão de terra batida (MULLER, 1958, p.89).

Esse quadro já era consolidado no século XIX, e vai sofrer pequenas mudanças nas décadas finais do século XX, com a modernização da agricultura, mas nenhum elemento novo que rompa com os padrões espaciais já estabelecidos. Pois o que observamos nos trabalhos de campo, é que não há construções novas no ambiente que cerca a sede das fazendas, portanto, as que ali existem remetem a muitas décadas passadas.

As questões que nortearam as entrevistas estão no anexo deste texto, aspectos que chamamos de geografia do trabalho nos ajudam a entender e trazer elementos para reflexão acerca das relações de trabalho e o perfil do assalariado rural no município.

O sistema de trabalho em que os trabalhadores são submetidos pode mudar de estância para estância, ou de acordo com a função exercida; por exemplo, uma cozinheira pode ser diferente do sistema de um campeiro. Em relação ao local de residência, devido a organização espacial do espaço agrário do município (longas distancias) e das próprias estancias a maior parte dos trabalhadores tem casa e família na cidade ou em pequenas comunidades rurais, enquanto o trabalhador reside na estância a maior parte do tempo, longe da família.

Nas estancias onde ainda tem a função de cozinheira, geralmente é uma trabalhadora esposa de um campeiro que desempenha a função, como no caso de Carla, que trabalhou em várias fazendas como cozinheira enquanto o esposo cumpria função de campeiro. Segundo ela, esta função está sendo abolida, ou sendo acrescentada as tarefas de um campeiro em várias estancias.

As tarefas de uma cozinheira em estância consiste em cozinhar e fazer limpeza, da casa dos patrões e dos peões. A rotina diária inicia as 6 da manhã e pode se estender até as 22 horas, quando são servidos café da manhã, almoço e jantar. Quando perguntada se alguém fiscaliza seu trabalho e seus horários ela afirma que *“não, é porque tu já sabia o que tinha que fazer né, tinha responsabilidade, então não precisava ficar ninguém vigiando”*. O fato da cozinha fazer parte da casa onde alojam-se os peões, *“tudo ficava no mesmo pátio, então não precisava caminhar, tu saía da tua cozinha e já estava no teu quarto porque tu morava no mesmo ambiente que trabalhava, coisa assim, portas”*, portanto, os horários de trabalho podem confundir-se com horários de descanso, ou permitindo longas jornadas de trabalho sem descanso.

Quando perguntada sobre o sistema de trabalho de uma cozinheira em estância ela enfatiza:

Dia de semana tinha que cozinhar para os peões, final de semana para os patrões. A minha folga era no fim do mês, quando eu recebia eu vinha para cidade, e tirava quatro dias de folga. E hoje continua assim para quem trabalha lá fora. Só que os peões que tem família na cidade, eles vão lá e trabalham e vem de 15 em 15 dias, né. Aí quando dá o pagamento no final do mês a pessoa tem direito a 2 dias útil para fazer o que tem que fazer aqui, ou seja; arruma um documento, consultar, é assim que eles fazem (Carla, 45 anos, assalariada rural, cozinheira).

Atualmente, Carla reside na cidade de São Gabriel onde trabalha como diarista enquanto seu esposo continua trabalhando como campeiro em estancias no interior do município sobre o sistema 15 x 15 dias. Essa forma de regime de trabalho consiste em o campeiro trabalhar na estancia por duas semanas, ao final da segunda semana ele tem direito a ir para casa visitar a família no sábado e domingo.

Ainda existe o sistema 30 x 30, onde o trabalhador tem direito a sair uma vez por mês para visitar a família ou fazer atividades pessoais. Embora não seja bem aceito pelos trabalhadores e visto como uma relação de trabalho ultrapassada, ou atrasada, como podemos perceber na fala de Vicente:

Eu mesmo antes de ir trabalhar nesse que eu tô agora, um médico me chamou pra trabalhar pra ele, eu fui, mas não deu certo, tinha que ficar os 30 dias, tinha folga 4 dias só no fim do mês. Aí não tem como né, até a proposta dele era boa, mas isso aí não existe mais. Na época nem carro eu tinha (Vicente, 43 anos, assalariado rural).

Perguntado se o salário dos trabalhadores desse regime de trabalho é maior que os demais, Vicente diz que *“não, é o mesmo de quem folga na semana ou na quinzena”*.

O transporte do trabalhador no dia de folga, independente se for semanal, quinzenal ou mensal, acontece de variadas formas. Existem casos em que o proprietário coloca um veículo que leva o trabalhador na sexta feira ao final do dia para casa ou sábado, e busca na segunda feira de manhã; outros casos que o patrão não se envolve de nenhuma forma. Nesse, ou o trabalhador tem um veículo próprio ou precisa pegar um ônibus, ambos arcam com as despesas de deslocamento.

No caso de quem precisa pegar ônibus para se deslocar, o trabalhador pode levar muitas horas até chegar em casa, devido a poucas rotas e horários de ônibus no interior no município. Foi durante este trajeto que conhecemos o campeiro Roberto (48 anos), *o transporte é eu que pago, eu acho que no meu certo eles tinham que dar né, mas eles não dão, e não adianta exigir porque eles estão sempre (silencio), mas o certo é”*. Neste dia, havia conseguido uma carona da estancia em que trabalha até o povoado de um distrito, ali no bolicho esperava o ônibus que vinha da sede municipal até a comunidade em que a família reside.

Já Vicente (43 anos, campeiro) trabalha no regime 7 x 7, perguntado se o patrão disponibiliza transporte, ele responde que *“não, é difícil, não adianta exigir demais pois o cara precisa trabalhar, aí tem que encarar né”*. Contou que antes tinha moto e agora trocou por um carro, isso facilita o deslocamento e permite que trabalhe no sistema semanal, senão teria que ser quinzenal ou mensal como é mais comum entre os campeiros.

Esse regime de trabalho em que o assalariado rural mora no emprego consiste em ter um lugar para alojar-se na estância. Segundo os trabalhadores, até 20/30 anos atrás, o estancieiro permitia que o campeiro construísse uma pequena casa e que sua família morasse ali; mas devido aos muitos problemas como, com o passar dos anos o campeiro reivindicar aquela porção de terra para si, ou quando o estancieiro demitisse o trabalhador este não querer sair, ou não ter para onde ir; os estancieiros passaram a contratar somente o campeiro e não permitir que este trouxesse a família para dentro da fazenda.

Perguntado sobre possuir alojamento no trabalho, *“olha, alojamento tem mas não é grande coisa né. Ali onde nós temos é arrendado né, eu acho que eles não fizeram um melhor por isso aí”* (Roberto, 48 anos, assalariado rural, campeiro). Mesmo onde não é arrendado, os alojamentos são descritos como precários e localizam-se junto ao refeitório, espaço de alimentação e descanso. Perguntada se o proprietário cobra aluguel, apenas Carla respondeu, *“não, todos os que trabalham lá não precisam pagar, eles só fazem um descontinho pouco né, da habitação e alimentação, mas é pouquíssimo né, não sei se chega a 20,00 hoje”*. Carla (45 anos, assalariada rural, cozinheira).

Quanto a forma de contrato, todos disseram que atualmente tem carteira assinada, *“em uns lugares tive, até o primeiro patrão que eu trabalhei foram 6 anos, esse não tive. Mas nos outros pra cá eu sempre tive carteira assinada”* (Vicente, 43 anos, assalariado rural, campeiro). Embora recordem que nem sempre foi assim; ou não havia interesse do patrão em registrar e formalizar o trabalhador no regime CLT como no caso de Vicente, ou o próprio trabalhador por pouco conhecimento dos direitos se negava a assinar, como no caso de Fernando:

(...) eu perdi muito tempo porque eu sou da época que queriam assinar as carteiras e a gente tinha aquela consciência que não ia sujar a carteira por causa de um mês, dois meses, três mês? Na época ninguém dava uma luz pro empregado né, a gente era completamente cego nessas coisas, dos

direitos, não tinha incentivo em nada (Fernando, 68 anos, assalariado rural aposentado).

No momento em que Vicente (43 anos, assalariado rural, campeiro) ponderou que havia trabalhado por 6 anos sem carteira assinada em uma estância, ao ser questionado sobre nesse período ficou sem contribuir com a previdência, sua resposta soou em desabafo: “Ah é!” Outro caso, são os alambradores que prestam serviços de empreitada, geralmente esse tipo de trabalho não há registro formal algum.

Embora as relações de trabalho estejam regulamentadas pela CLT, em que está prevista a extensão da jornada de trabalho, nas entrevistas percebemos que não há um rigor, com horários a serem cumpridos nem as horas trabalhadas a mais, não são contabilizadas para serem pagas ao final do mês como hora extra. Essas informações aparecem quando solicitamos para que falassem de sua rotina diária, descrevesse como era o dia de trabalho.

Olha, não tem hora quase né, as vez a lida de campo que é grande e o cara meio solito, sai ali pelas 7 horas da manhã e não tem hora pra chegar, tem dia que chega 11:30 ou meio dia, uma hora; ou sai uma hora e chega, essa hora mais ou menos (21horas) temo chegando, o campo é longe né. Serviço de campo nunca tem uma hora pra chegar, vai indo tem uma vaca doente tem que fazer, não vai esperar para outro dia né, e no fim quando vê as horas passam né. *E nesses casos, ele paga hora extra?* Não, não paga hora extra. A gente sabe dos direitos, mas se vai cobrar né, muitas coisas é aquele problema né. Não é só ali, tem um monte de estância que eu sei aí na volta que são assim. Só por ter onde dormir já é uma grande coisa, porque tem lugar que os caras não têm nem lugar adequado pra ficar (Vicente, 43 anos, assalariado rural, campeiro).

Quando Vicente fala “*meio solito*”, ele está se referindo as atividades que ele realiza sozinho, que não há outro campeiro na estância para dividir o trabalho. Percebe-se que uma jornada de trabalho de um campeiro não está regida por 8 horas de trabalho diária e que atividades o trabalhador pode realizar nesse tempo; mas sim, o conjunto de atividades que o trabalhador precisa desempenhar naquele dia, ou naquele período (dia da semana ou estação do ano, lua) que precisam ser cumpridas; para Antunes (2018) essa é uma consequência negativa da apropriação da força de trabalho e intensificação da jornada, incentivando o trabalho isolado, sem sociabilidade, desprovido do convívio social e sem representatividade sindical. Aspectos que produzem o sentimento de obediência do assalariado rural em relação ao patrão/estancieiro, e também reforça os costumes do trabalho, a cultura do

trabalho no campo como guiar-se pelo sol, como bem frisou Roberto (48 anos) *“tem que aproveitar o tempo por causa do sol”*.

Outro aspecto que chama atenção, é a forma como os campeiros estão registrados na carteira de trabalho atualmente, á décadas o registro era como trabalhador rural, onde as funções compreendia-se as lidas do campo, atualmente a passagem para serviços gerais da possibilidade do patrão aumentar as funções do trabalhador sem aumentar o salário.

(...) na carteira antigamente especificava assim, eles colocavam trabalhador rural, mas hoje em dia eles colocam serviços gerais, aí tu tem que fazer tudo, além de lidar com os animais, se surgir de ajudar na plantação vai ter que ajudar, se em uma eventualidade precisar cozinhar, vai ter que cozinhar, concertar arame, fazer cerca, então é muito serviço pelo que eles recebem (Carla, 45 anos, assalariada rural, cozinheira).

A quantidade de trabalho que envolve as atividades agropecuárias em uma estancia, geralmente não é acompanhada pelo número de trabalhadores necessários para desempenha-lo. Essa realidade impõe sobrecarga de trabalho para o assalariado rural como também contribui para a extensão da jornada de trabalho diária, para cumprir as tarefas do dia ou período.

No caso quando eu cheguei lá, eu disse pra ele que tinha que botar outro. Claro que a gente toca assim, mas não é como serviço que é pra mais um ou mais dois. Aí eu cheguei a falar pra ele, aí ele me disse assim, o dia que tocar de botar outro peão daí então eu paro, aí o que tu vai fazer né. Só pela quantidade de campo precisava mais de dois né (Vicente, 43 anos, assalariado rural, campeiro).

Questionado se sempre foi assim dois ou três trabalhadores por fazenda, Roberto (48 anos) responde que *“não, de primeiro tinha mais. Agora eles são assim né. O certo era botar mais, mas eles não querem botar mais”*. Quando interrogamos se ele acha pouco funcionário para quantidade de trabalho que os atuais trabalhadores desempenham, *“não, até que não, vamos levando né”*; a resposta é contraditória com a afirmação anterior onde ele assegura que nem sempre foi assim e o certo era ter mais trabalhadores para as tarefas.

As funções e a rotina de um assalariado rural variam de acordo com a principal atividade econômica da propriedade, no caso da pecuária são muito parecidas segundo relatos dos entrevistados, desempenham funções como *“recorrer o campo, sai uns quantos cavaleiros cada um sai para um lado, olham para ver se*

tem vaca que deu cria, se tem alguma abichada, tratar os terneiros novos que criam bicheira no umbigo” (Carla, 45 anos), nesse caso há mais de um trabalhador, ou:

Eu faço serviço de campo, é trabalhar a cavalo, lidar com gado. Aí eu pego o trator, eu roço o campo, remendo cerca, faço lenha, tudo que tipo que é de trabalho que é fora de casa, é porque é só eu né. Trabalho à vontade, mas tem que fazer né. O que eu não faço hoje eu faço amanhã, tudo passa pelas minhas mãos (Vicente, 43 anos, assalariado rural, campeiro).

No caso das atividades agrícolas, como cultivo de arroz e soja onde o trabalho é temporário em alguns casos, os trabalhadores desempenham variadas funções como tratoristas, serviços gerais que pode ser desde descarregar e carregar caminhões, concertar cercas, manejo de água em áreas de cultivo de arroz irrigado.

Para Thomaz Junior e Perpétua (2018), o trabalhador do século XXI, além de polivalente, é multiprofissional – porque, a qualquer momento, diante das circunstâncias, pode arrancar batata doce, fazer cerca -, mas o principal a ser discutido é a convivência e o silêncio que lhes são exigidos, quanto à fragilização da relação de trabalho, o qual, além de identificá-lo no universo laboral, é a identidade imposta pelo agronegócio aos assalariados rurais. Em perguntado se o salário é adequado as funções exercidas, segundo os entrevistados poderia ser melhor, por exemplo:

Sim, aí é aquilo né. Uns falam que o cara tinha que ganhar mais no caso né, mas aí no fim, uns tiram a base dos outros né, na redondeza no caso né. Aí tu vais pedir um aumento, ah fulano paga isso fulano recebe aquilo; aí então tem que ir tocando né, conforme o andar da (silêncio). Os fazendeiros tudo aí da volta fazem uma média, claro eles pagam o salário do sindicato né, mas o salário do sindicato é pouco, o cara morre de fome. Mas muita coisa se pensar bem, ele tinha que me pagar bem mais né, porque o que eu faço ali é por dois. Mas muitas coisas é como diz, vai exigir e acaba aí parado (Vicente, 43 anos, assalariado rural, campeiro).

Nesse caso Vicente se refere as atividades que realiza sozinho onde deveria ter mais um trabalhador para função, embora critique o salário base da categoria, que é apoiado por Carla (45 anos, assalariada rural, cozinheira) *“eu acho que tinha que ser mais”*, falando de sua função de cozinheira, e ampliando seu olhar sobre os campeiros sugere que *“para todos, eles acham que é muito pouco pelo que eles fazem né”*.

O sindicato que representa os assalariados rurais frente a patronal é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gabriel. O salário em que Vicente se refere, trata-se do salário base do assalariado rural em que o sindicato negocia com a patronal em convenções coletivas, em que na sua opinião é baixo em relação ao trabalho desempenhado, como também no seu caso, pelo acúmulo de trabalho devido a ser único trabalhador contratado na estância.

Quando perguntados sobre o aumento das lavouras de soja no município, é comum entre os entrevistados apresentarem algum relato que impacte sobre as relações de trabalho frente a categoria. “*Esse pessoal vem arrendar babilônias de terras, já vem completo né, com o pessoal deles, mas não sei de onde que vieram*” (Fernando, 68 anos). Nesse caso, Fernando está se referindo a um grande arrendatário de terras em um determinado distrito do município, que vem de fora da região, “*ninguém sabe ao certo de onde vem*”, arrenda grande extensão de terras, traz todo maquinário necessário, insumos, sementes e força de trabalho para desenvolver as atividades.

Eu acho que aumentou muito as lavouras, os caras arrendaram a fazenda e tem muito peão campeiro que não sabe usar essas máquinas. Com o aumento das lavouras diminuiu o número de peão trabalhando nas estâncias, uns arrendam pra plantar eucalipto e outros tem soja, aí os peões campeiros já se foi né. Era como eu tava lhe falando, cadê o campo, cadê o gado? Sumiu o gado, é só plantação de soja (Roberto, 48 anos, assalariado rural, campeiro).

Mesmo com raros dados oficiais, e sem acessar o pouco de informações disponível sobre o avanço dos cultivos de soja na Campanha Gaúcha, os campeiros leem essas informações através da paisagem, em que são perceptíveis as extensas lavouras e a diminuição das pastagens e a criação de gado.

É comum entre os campeiros o olhar atento a mudança do perfil de trabalhador assalariado rural que esta nova atividade econômica na agricultura do município requer, *isso daí hoje tá de uma tecnologia moderna aí, tudo eletrônico, uma dependência dos maquinários que está se apresentando se o cara não tem um pouquinho de estudo aí, não consegue trabalhar* (Fernando, 68 anos). Eles sabem, que a medida que diminui as áreas de pastagem e criação de gado, diminui as possibilidades de trabalho, e que os novos postos de trabalho que irão se abrir necessitam trabalhadores com uma certa qualificação devido a maquinaria moderna utilizada na agricultura.

Embora quando jovem, já tivesse trabalhado com trator nas estancias, Fernando (68 anos) é um dos mais preocupados com o futuro dos colegas no próximo período, devido a muitos não terem experiência com maquinários modernos. *“Muitos tratores que tão chegando aí é tudo com computador, esse coisa com satélites que se diz né, aí não é fácil aquilo ali né. Hoje o campeiro que entende de cavalo, gado e ovelha não tem condições para entrar numa lavoura pegar um trator, uma máquina”* (Roberto, 48 anos).

Ao mesmo tempo em que o arrendatário que *“já vem completo”* quando chega no município, as tecnologias envoltas no processo produtivo do cultivo de soja como *“computador e satélites”*, soam como algo superior a estes, fato que ainda é envolto em um mistério para os campeiros, algo que tem vida própria e inalcançável para estes que tiveram pouco acesso a qualificação, ou muitos nunca frequentaram a escola.

Pensando bem, os campeiro tão sendo prejudicado com isso, porque muitos que trabalham nas fazendas, tira do lombo do cavalo não sabe fazer mais nada né, hoje em dia 50% se criou naquele ramo do cavalo. Aí bota em cima de um trator, hoje em dia esse maquinário tudo moderno, não tem esse lado aí né (Vicente, 43 anos, assalariado rural, campeiro).

A entrada da produção de soja na Campanha Gaúcha, amplia as fronteiras de acumulação do agronegócio, concordando com Thomaz Junior e Perpetua (2018), faz parte do fluxo contínuo das relações que respondem às exigências do processo de acumulação do capital indica as mudanças no perfil dos trabalhadores. E nesse processo, uma legião inteira, ou categorias de trabalhadores serão deixados pra trás, desempregados pelo aumento e uso intensivo da mecanização em todo processo produtivo.

Segundo relatos dos entrevistados, quando um proprietário que tem sua principal atividade econômica centrada na pecuária arrenda a terra para cultivo da soja, o futuro dos campeiros depende da forma de arrendamento que é negociada. A primeira é quando o arrendamento é por safra, nesse caso o proprietário se tiver 3 campeiros, demite dois e fica somente com um para manutenção de pequenas atividades na estancia ou pequeno lote de gado. Na entressafra de soja, o estancieiro coloca gado para engorda e movimenta novamente os campeiros para este período.

Depende muito do fazendeiro. Tem uns que arrendam de ano fechado, aí é mais complicado né, no caso quando arrenda por safra, daí planta soja, quando colhe o estancieiro entra com gado, aí envolve os dois movimento, aí até o empregado o patrão já segura, porque colhe a soja e vai comprar gado de novo, aí mantem o peão. Mas muitos que arrendam de ano fechado aí não tem, aí zera a fazenda né, arrenda por dois três anos, é dono e não é dono né, e não tem como manter os empregados (Vicente, 43 anos, assalariado rural, campeiro).

A segunda forma, é quando o proprietário arrenda de ano fechado. Nesse caso, o arrendatário usa a terra todo ano, *fazem uma safra de soja e depois plantam trigo ou pastagem de inverno, aveia, azevém, cevada ou canola. Nunca a terra fica ociosa (Vicente, 43 anos)*. Segundo relatos a maior parte dos arrendamentos é por ano fechado, é comum nesses casos o proprietário não morar mais na estância, e demitir todos os campeiros. A forma de contrato predominante dos trabalhadores empregados do arrendatário é *temporária. Pega uns cinco peões no plantio, daí fica com um ou dois, e os outros voltam só na colheita*.

Com o aumento dos arrendamentos, quando um campeiro fica desempregado nessas condições narradas acima, o futuro dele é incerto, é muito difícil ele conseguir emprego em outra fazenda com esta mesma função, *a maioria vão morar pra cidade, vivem de bico, muitos longe de se aposentar né (Vicente, 43 anos)*. Para Thomaz Junior e Perpétua (2018):

Essas dinâmicas nos exigem entendimentos e atenções para as especificidades da mobilidade do trabalho ou, concretamente, dos trabalhadores, de sorte a atender às demandas do capital, quer pela atração, quer pela repulsão/expropriação/expulsão. Causa-me preocupação especial, nesses diferentes movimentos territoriais do trabalho, aquele que impõe não somente o deslocamento de um local para outro, mas, especialmente, que atinge mudanças no exercício das habilitações laborais dos trabalhadores. Isto é, são obrigados a mudar de profissão ou a mover-se por novas dinâmicas territoriais, em resposta ao desenraizamento original. Essa expressão radical da mobilidade do trabalho, a qual se materializa sob mudanças que não envolvem somente o deslocar-se de um lugar a outro, de uma região a outra, todavia, exigem novas habilitações laborais ou inserção no mercado de trabalho (THOMAZ JUNIOR; PERPETUA, p. 44, 2018).

Segundos os entrevistados, o campeiros desempregados que passam a viver na cidade quando conseguem trabalho, são os “bicos”, trabalhos pontuais por dia, onde não se tem a garantia da vaga no dia seguinte, e nem se vai se manter naquela função; os trabalhos são de chapa, carregar ou descarregar caminhões, limpar terrenos, fazer cerca, servente de pedreiro. Também há relatos de aumento

do alcoolismo, e famílias vivendo em condições de extrema pobreza em comunidades rurais, uma vez que a única fonte de renda é o salário do campeiro.

Ninguém nasce campeiro, ou faz um curso no SENAR para formar-se; os trabalhadores assalariados rurais tornaram-se campeiros através da observação do trabalho, *“aprendi com os mais velhos lá na Campanha, me espelhando né. Com 12 a 13 anos já estava domando cavalo. Estudei até o terceiro ano, foi bem pouco. Era complicado, a necessidade né (Vicente, 43 anos)*. Em geral eles frequentaram muito pouco a escola, não é incomum encontrar algum analfabeto, devido a necessidade de trabalhar desde muito jovem.

Conforme os entrevistados, a forma como conseguem a vaga não ocorre pelas vias formais como SINE ou sindicato, mas pelas relações que constituem ao longo da vida, participando de rodeios tornam-se conhecidos, e pela boca a boca, um vai falando do outro e indicando aos estancieiros. Alguns, tem tão bom referencial que chegam a ser disputados pelos patrões para trabalhar consigo, como no caso de Vicente (43 anos), em que diante de duas propostas foi ele quem decidiu, e o critério onde iria trabalhar foi o sistema de trabalho, não aceitou 30 x 30 e optou pelo 7 x 7; embora casos assim sejam raros.

As questões relacionadas ao futuro, geram incertezas e preocupações. Mas ao serem perguntados se pudessem mudar algo em seu trabalho, euforia e silêncios se alternam. Ao falar do esposo que trabalha no sistema 15 x 15 dias, *“eu acho que é uma pergunta bem pessoal né. Eu acho que ele mudaria de querer vim todo final de semana (risos)*. Mais do que o salário? *Isso daí também, as duas coisas (Carla, 45 anos)*. Ou de Roberto, que também trabalha no sistema 15 x 15 distante a mais de 80 km da família: *“Olha, eu queria ta junto dela (risos), ter uma casinha lá pro cara morar aí seria bom” (Roberto, 48 anos)*. Nesse caso ele se refere a esposa, que sente saudades e a distância e o sistema de trabalho os distancia.

Nas duas falas acima percebe-se que a forma como está organizado o sistema de trabalho, que faz com que o trabalhador fique mais tempo na estância trabalhando do que com a família é algo determinante para estes. Mas, há outros determinantes como: *“claro muitas coisas poderiam melhorar né, mas aí no fim começa a reclamar disso, reclamar daquilo e no fim (silêncio). A primeira coisa que eu ia pedir é um aumento né (risos)”*, (Vicente, 43 anos). Neste caso, o campeiro faz parte do sistema de trabalho 7 x 7; sua fala se refere ao sistema de trabalho, as

condições de trabalho onde ele sozinho executa as tarefas para mais dois campeiros, e ao baixo salário; sua reivindicação demonstra clareza das suas necessidades, mas seu silêncio é subserviência, ou/e de quem se percebe sozinho enfrentando o patrão e o medo do desemprego.

A formação do município de São Gabriel está calcada na grande propriedade, nas estancias. Forma esta, que determinou as atividades econômicas e as relações de trabalho no espaço agrário do município. Os campeiros foram a maior parte do trabalhadores envolvidos nesse período histórico, com seus conhecimentos culturais da lida no campo, cuidavam desde o pasto, a cerca e o gado. Homens acostumados ao trabalho duro e a solidão da Campanha, que na atualidade veem diminuir suas funções devido a entrada dos cultivos de soja no Pampa.

5. Considerações finais

É consenso entre os estudiosos do tema, que as mudanças estruturais na matriz produtiva do capital ocorridas nas últimas décadas, provocou mudanças no mundo do trabalho. A partir da década de 1980 elas ocorrem com maior profundidade e amplitude impulsionadas pela ação do Estado, colocando a economia do país no centro da nova divisão internacional do trabalho, com destaque para a consolidação do agronegócio como um dos setores de maior expressão no conjunto das exportações.

Não se trata apenas de historicizar e caracterizar as categorias capital e trabalho, mas de apreender do ponto de vista dialético as novas dinâmicas geográficas espaciais e de conteúdo que estes (re)constróem. Embora, o capital condiciona/determina a organização do espaço geográfico, tanto em nível mundial pela divisão internacional do trabalho, o trabalho aparece em diferentes formas, em diferentes mundos, resta-nos buscar sua centralidade para analisá-lo como totalidade enquanto classe em nosso tempo histórico.

Dessa forma, na atualidade, percebemos um crescente e acelerado processo de informalização do trabalho. As novas tecnologias de informação proporcionam a fragmentação do trabalho em conteúdo-espaço-tempo. Agora um trabalhador pode cumprir novas funções, em outros espaços e fora da jornada formal de trabalho. O que parece em primeira análise maior liberdade para o trabalhador, em suma é maior liberdade para o capital que busca novas formas de acumulação.

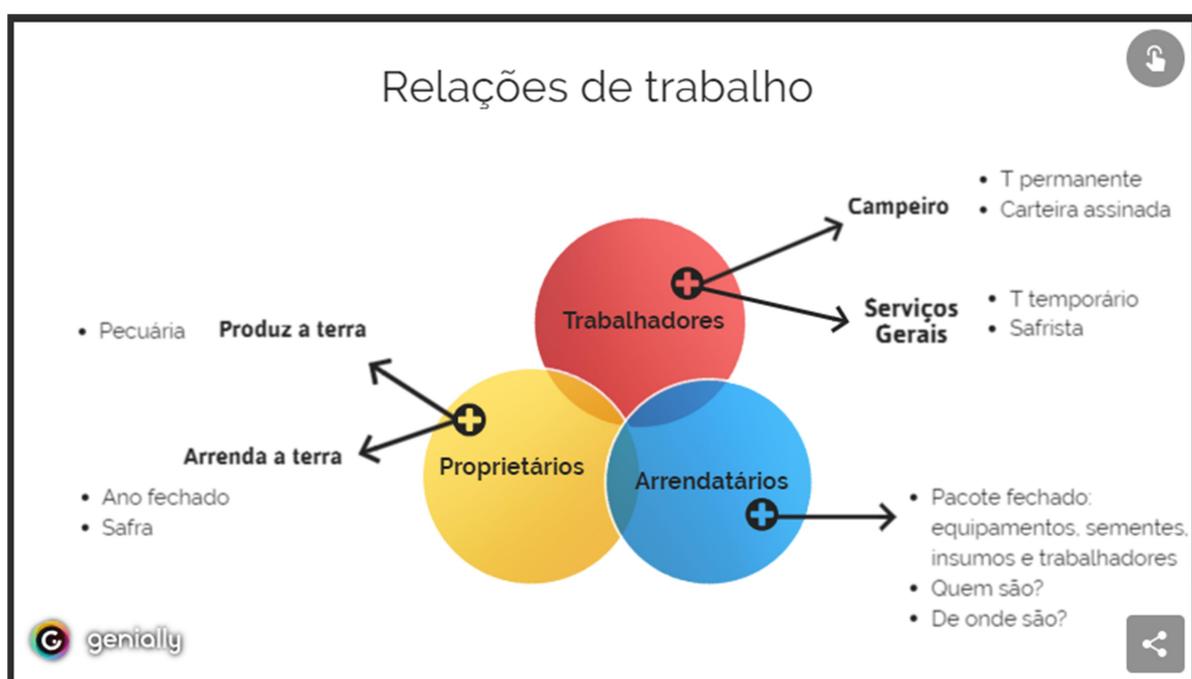
Como podemos perceber ao longo de nosso estudo, o espaço agrário de São Gabriel está em fase de completar o ciclo de inserção ao modo capitalista de produção no campo, a passagem dos latifúndios improdutivos ou com baixa produtividade a empresários rurais, altamente produtivos inseridos no circuito internacional de produção de mercadorias. Reforçando o agronegócio como força política e econômica no município, uma vez que este encontra-se consolidado e enraizado na formação histórica da região da Campanha Gaúcha, através da organização da propriedade da terra, calcada na grande estancia.

Na avaliação da equipe técnica da EMATER/RS o que ocorre no interior do município nesse momento (2019), não é uma mudança na matriz produtiva, mas, a incorporação de novas matrizes produtivas. O rebanho pecuário e as áreas de

produção agrícola são as mesmas. A conclusão que se chegou, foi que teve uma intensificação na produção pecuária para poder ter espaço para a área em expansão das lavouras de soja e eucalipto, enquanto as áreas de cultivo do arroz estão estáveis.

Desta forma, o capital reorganiza as atividades agropecuárias e as relações de trabalho no campo. Organizamos uma síntese de nossas conclusões no infográfico a seguir, para melhor ilustrar as mudanças de conteúdo- espaço-tempo das relações de trabalho no espaço agrário do município.

Figura 19 - Relações de trabalho.



Elaboração: Autora (2019).

Em relação aos proprietários de terra, observamos duas variáveis, há os proprietários que produzem e conduzem os negócios nas estancias e aqueles que arrendam a terra para terceiros, cuja finalidade é o cultivo de soja.

Os proprietários que produzem a terra, em grande maioria a utilizam para pecuária extensiva, para este tipo de atividade contratam trabalhadores campeiros. Segundo nossos entrevistados, nesse caso a relação de trabalho é permanente e o trabalhador tem sua carteira assinada. No caso dos proprietários que arrendam a terra, existem duas formas de arrendamento: de ano fechado ou por safra.

No caso de ano fechado geralmente é para cultivo de soja; e aveia, trigo ou cevada na entressafra. Nesse caso, o proprietário demite os campeiros, e o arrendatário contrata trabalhadores temporários para as funções de safrista, como motoristas e serviços gerais. Quando o arrendamento é por safra, a terra fica arrendada no período do ciclo da produção de soja, que pode variar de 4 a 6 meses (novembro a abril), durante os outros meses do ano o proprietário retoma as atividades na estância, para atividade pecuária. Segundo nossos entrevistados, esse período é suficiente para engordar uma invernada. Nesse caso, o proprietário demite a maior parte dos campeiros, ficando com um ou dois no máximo, para serviços gerais na fazenda, como cuidar do gado que pode ficar em uma quadra separada da parte de terra arrendada e fazer manutenção das cercas. E no período em que retoma o comando da propriedade contrata mais alguns campeiros para tempo da engorda da invernada, nesse caso são trabalhadores temporários.

A consolidação do capital no campo em São Gabriel caminha junto a expansão dos cultivos de soja no município; e este em grande parte passa pelo arrendamento de terras. O arrendamento de terras é um processo inconcluso até o momento, portanto sabe-se muito pouco a respeito. Segundo os entrevistados, arrendam de *pacote fechado*, trazem de fora os equipamentos, implementos, sementes, insumos, e os trabalhadores. Questões como, quem são os arrendatários e de onde eles vem, são perguntas sem repostas até o momento.

Desta forma, podemos concluir que os trabalhadores da pecuária extensiva, que mais emprega campeiros, é onde o contrato de trabalho é permanente. Onde acontece pecuária intensiva, no caso dos proprietários que arrendam a terra por safra, os campeiros são contratados sob o regime temporário. E ainda, no caso dos trabalhadores que são contratados em propriedades onde acontece arrendamento por safra, ou ano fechado, que no registro do CAGED (2018) estão denominados trabalhador volante na agricultura ou trabalhador agropecuário em geral, e que envolve o maior número de contratos sob regime da CLT no município (de janeiro 2018 a janeiro 2019) todos estão sob o regime trabalho temporário segundo CAGED, onde consta salário admitido com prazo determinado.

Sendo assim, o capital reorganiza o espaço agrário do município sob o tripé: soja, arroz e pecuária; e as relações de trabalho calcadas predominantemente nos

contratos temporários de trabalhadores, colocando em questão o futuro dos campeiros.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2018. bv0063 v.

ANTUNES, R. **Novas morfologias do trabalho na atualidade**. Disciplina concentrada Programa Pós-Graduação em Educação/UFRGS (junho 2017).

ARRUDA, M. R.F. **Evolução dos uso da terra com ênfase aos plantios florestais no município de São Gabriel – RS no período de 1986 à 2008**. Trabalho de graduação de geografia bacharelado. UFSM, 2008.

BRASIL, **Censo Agropecuário IBGE**, 1940 – 2006.

BRASIL, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Penad 2008: Primeiras Análises – o setor rural**, N° 42, 2010.

CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio**. 1° edição, Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões de reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990/2007)**. Tese de doutorado, Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3 ed. rev. e ampl. – 15 reimp. – São Paulo: Atlas, 2012.

DIEESE. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. 2014.

DIEESE. **Relações e condições de trabalho no Brasil/DIEESE**. São Paulo, 2007.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo, Boitempo, 2010.

FEE, Fundação de Economia e Estatística. **FEEDADOS**. Disponível em: <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/>>. Acesso: 17 de março de 2018.

GERMER, Claus. **Acumulação de capital e a proletarização na agricultura brasileira**. Texto para discussão (Universidade Federal do Paraná. Departamento de Economia) – Curitiba, 1992. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=210393>> Acesso, 12/05/2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**, 1960.

_____. **Censo Agropecuário**, 1970.

_____. **Censo Agropecuário**, 1975.

_____. **Censo Agropecuário**, 1980.

_____. **Censo Agropecuário**, 1985.

_____. **Censo Agropecuário**, 2006

IPEA. **PENAD 2008: Primeiras análises – O setor rural**. Brasília, 2010.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Proposta Editorial, São Paulo, 3º edição 1980.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LEFEBVRE, H.. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros e Sérgio Martins (do original: *La production de 1º espace*. 4ª Ed. Paris: ÉditionsAnthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **A enquete operária**. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/04/20.htm>>. Acesso 30/01/2019.

MDA, DIEESE. **Mercado de trabalho agrícola no Brasil: principais características das fontes de dados**. São Paulo, 2007.

MULLER, L.N. **A região de São Gabriel**. In: A geografia no Rio Grande do Sul em meados do século XX: retratos do território e da produção da Associação dos Geógrafos Brasileiros. / Eduardo Schiavone Cardoso(Org.), Cesar De David (Org.). Porto Alegre: AGB, 2014.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: landé Editorial, 2016.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.**
São Paulo: Labour Edições, 2007.

THOMAZ JUNIOR, A. **Movimento territorial do trabalho e desterração do sujeito/classe.** In: Geografia e Trabalho no século XXI: commodities, conflitos territoriais e degradação do trabalho no Brasil: volume 9 especial [recurso eletrônico]/ Guilherme Marini Perpétua, Antonio Thomaz Junior (Organizadores) – Presidente Prudente: Centelha, 2018.

THOMAZ JUNIOR, A.; PERPETUA, G. M. **Commoditização do território no Brasil do Século XXI: a saúde do trabalhador em questão.** In: Geografia e Trabalho no século XXI: commodities, conflitos territoriais e degradação do trabalho no Brasil: volume 9 especial [recurso eletrônico]/ Guilherme Marini Perpétua, Antonio Thomaz Junior (Organizadores) – Presidente Prudente: Centelha, 2018.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho.** Revista Pegada. Vol. 5 < nº 1 e 2; 2004.

_____. **Desafios teóricos para a geografia do trabalho no século XXI.** In, THOMAZ JUNIOR, Antônio, FRANÇA JUNIOR, Luzimar Barreto (Orgs.) Geografia e trabalho no século XXI. Presidente Prudente: Centelha, 2009.V4

VICENTE, M. C. M. **TRABALHO VOLANTE: a evolução de uma categoria.** Informações Econômicas, SP, v.29, n.2, fev. 1999.

ANEXO 1 - ENTREVISTAS REALIZADAS COM ASSALARIADOS RURAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/MESTRADO
TRABALHO DE CAMPO

Orientador: Prof Drº Cesar De David

Mestranda: Ana Clarice Soares Hanauer

A.DADOS PESSOAIS

- Nome
- Idade
- sexo
- cor
- Município de nascimento
- Estado civil
- Tem filhos? Quantos? Idade.
- Escolaridade

B. GEOGRAFIA DO TRABALHO

- Local da residência
- Local do trabalho
- Tempo de deslocamento até o trabalho
- O empregador disponibiliza transporte do local de residência até o trabalho?
- Tipo de trabalho desempenhado, que funções/tarefas exerce? Caso seja serviços gerais, descrever as tarefas.
- Qual o tempo da jornada de trabalho?
- Está a quanto tempo nessa função
- Que outros tipos de função/trabalho desempenhou anteriormente
- Tipo de contratação (carteira assinada, contrato, diarista, outros)
- Quem o contratou? Como soube da vaga?
- Trabalho temporário ou permanente?

- Se temporário, como faz com o restante do tempo? Que outros trabalhos/funções exerce para obter renda? E onde?
- Fez Curso de qualificação profissional para essa vaga?
- A quantidade de trabalhadores para a função desempenhada é suficiente?
- O empregador disponibiliza EPI (equipamento de proteção individual) e equipamentos/ferramentas de trabalho para a função?
- Há condições adequadas de trabalho (refeitório e sanitário fixo ou móvel no caso de lavouras, EPI, transporte, outros)
- Ritmo de trabalho? há metas a serem cumpridas?
- Salário está adequado a função exercida?
- Contribui para previdência social?
- Descreva sua rotina diária

ANEXO 2 - CONTO - O CAMINHO DA ESCOLA DO CAMPO

Estou a dois dias no município de São Gabriel fazendo trabalho de campo, para minha pesquisa de mestrado. Passei os últimos dois dias entrevistando os trabalhadores assalariados rurais em várias comunidade do interior, e no último dia, hoje, 09 de novembro, recebi o convite para conhecer uma escola do campo que localiza-se a 70 km da sede municipal.

Acordamos antes das 5 da manhã. Entorno das 5:30 o ônibus nos pega em frente a casa do Édipo (professor de história da rede municipal). É um ônibus escolar daqueles grandes, alto, próprio para estradas rurais, está em condições bem precárias, notei que o para-brisa está solto, trepida em um movimento descompassado ao do conjunto do ônibus, havia uma professora sentada no primeiro banco, e alguns alunos lá no fundo. São alunos da escola, que moram na comunidade e vieram “de carona” com o transporte escolar para cidade afim de alguma função, ir no médico, dentista, ou outro motivo, e agora estão voltando. Édipo me explica que há uma distribuição espacial no ônibus que foi se construindo ao longo do tempo, ninguém falou, mas este subentendido que ninguém senta neste ou naquele banco. Sento no lado do Édipo para não ocupar o lugar de alguém. O ônibus percorre a cidade ainda sem movimento nas ruas, há um vento gelado, buscando cada professor na frente de casa. Na casa da diretora alguns alunos descem para ajudar a carregar caixas com ventiladores, folha de ofício, e uma sacola grande que não dá pra ver o que tem dentro. Mais uma parada e ninguém entra, o motorista desce rengo da perna, meio se escorando, demora alguns minutos, ninguém fala nem reclama da demora e logo entra o motorista sussurrando, “se eu não trabalhar por uma dorzinha eu não trabalho mais”. Segue o roteiro de pegar os professores em suas casas. 6:20 o ônibus sai da cidade, iniciando o caminho em estrada de terra. Agora ele vai adentrar comunidades e fazendas para pegar alunos. Há alguns dias não chove, tem muita poeira no ar provocado pelo movimento de vários ônibus que saem da cidade com o mesmo objetivo. A medida que os ônibus tomam rumos diferentes diminui a poeira, embora isso não adiante mais nada, pois o interior do ônibus está tomado desta. Quanto mais distante da sede municipal, as estradas vão ficando mais esburacadas e estreitas. A viagem é longa, as professoras carregam um travesseiro e um cobertor, o travesseiro elas

apoiam as costas na parede do ônibus, ao sentar de lado no banco e espicham as pernas, o cobertor elas cobrem a cabeça e o corpo para tentar dormir mais algumas horas. Nesse mesmo momento o sol desponta à nossa direita, entrando certo nos olhos dos passageiros. A medida que o ônibus distancia da cidade as estradas vão ficando em piores condições, e como o motorista mantém uma velocidade constante o ônibus sacoleja bastante. A paisagem também vai mudando, os campos nativos de criação de gado vão perdendo espaço para os cultivos de soja. Nesse período os campos estão amarelos por causa da palha seca da aveia, que foi plantada no inverno e colhida nas últimas semanas. Em algumas áreas já há vestígios que o soja já foi semeado. A paisagem vai se alternando, várias estâncias com pasto nativo característico do Pampa, outras com aveia ou soja, algumas cobertas por uma área de arroz irrigado. Já são 7:20, o ônibus para na frente de uma estância para pegar a primeira aluna, ela não está na parada. Enquanto aguarda, o motorista desce, bate os pneus, depois de uns dez minutos o pai traz a menina de carro até a porteira. Ela está vestida com roupa da banda da escola, pois hoje tem apresentação da banda para comunidade, sobe e segue a viagem. São 7:38, estão 5 alunos na parada, e uma mãe segurando um bolo de festa. As crianças sobem, ela coloca um pano de prato no colo de um professor, para apoiar o bolo, coloca outro pano em cima para não pegar poeira, e desce do ônibus. O professor tem a difícil tarefa de fazer o bolo resistir aos sacolejos do ônibus sem quebrar nem ferir a cobertura de branco e rosa. A essa altura da viagem, algumas professoras já não podem mais deitar atravessada no banco, sentam e seguem dormindo cobertas até a cabeça pelo cobertor, e vão liberando lugar para os alunos que já são maioria no ônibus. As 7:49 sobem várias crianças e duas mães, estas gritam para o motorista "vamos pegar uma carona até a igreja!" elas estão usando uma camiseta onde está escrito "artesanato rural mãos na lã", e carregam sacolas com artesanato de lã. Alguns metros a frente mais algumas sobem. Agora o ônibus está lotado, tem banco com até quatro crianças sentadas. Na frente de uma pequena igreja descem as mulheres com seus artesanatos, desce o bolo, e o ônibus segue mais cinco minutos e chega a escola às 7:59. As crianças e os professores descem, e adentram a escola, enquanto duas professoras tomam outro ônibus escolar, agora mais pequeno que vai levá-las a outra escola em outra comunidade, será uma viagem de mais 40 minutos. Ao final do dia, as duas professoras retornam da sua escola,

trocam de ônibus se somando ao ônibus que vai retornar a sede do município, retomasse a organização espacial dos lugares no ônibus e recomeçamos a viagem de volta. Agora serão mais duas horas e meia a três horas de viagem de retorno. Estão muito cansadas, o suor é visível, como também a poeira no corpo, no cabelo e nas roupas. Ninguém reclama, é como se fosse um código entre todos para seguir resistindo, é o seu trabalho, seu ganha pão, mas também a compreensão da necessidade daquelas escolas continuarem existindo. Perguntei-lhes o que lhes trazia a querer trabalhar na escola do campo e recebi como resposta “ aqui é escola no sentido comunidade, as pessoas tem mais afeto, as crianças são mais calmas e gostam de estudar, aqui tem grandes talentos, gênios”. Ao descer as professoras brincam comigo, fazem piadas percebendo que estou um bagaço. Retribuo-lhes um sorriso cansado mas cúmplice de reconhecimento e respeito pela sua jornada diária exaustiva no caminho da escola do campo.

São Gabriel, 09.11.2018.

Ana Clarice Soares Hanauer